



UNIVERSIDADE DO MINDELO

Sapiencia Ars Vivendi



13 ANOS EM PROL DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**O PAPEL DA COOPERAÇÃO BILATERAL CABO VERDE/LUXEMBURGO
EM SANTO ANTÃO, NOS ANOS 90 DO SÉCULO XX**

Autor: Homero Manuel da Conceição Fonseca, N.º 2540

Orientador: Mestre Graciano Nascimento

Mindelo, 2016

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O PAPEL DA COOPERAÇÃO BILATERAL CABO VERDE/LUXEMBURGO EM SANTO ANTÃO, NOS ANOS 90 DO SÉCULO XX

Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais.

Autor: Homero Manuel da Conceição Fonseca, N.º 2540

Orientador: Mestre Graciano Nascimento

Mindelo, 2016

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Homero Manuel da Conceição Fonseca

Mindelo, Junho de 2016.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS

AID	–	Associação Internacional para o Desenvolvimento
AMSA	–	Associação de Municípios de Santo Antão
APD	–	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
BM	–	Banco Mundial
BPG	–	Bens Públicos Globais
CAD	–	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CECA	–	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CEE	–	Comunidade Económica Europeia
CPS	–	Cuidados de Primários de Saúde
CS	–	Centro de Saúde
EBC	–	Ensino Básico Complementar
EBE	–	Ensino Básico Elementar
EBI	–	Ensino Básico Integrado
ES	–	Ensino Secundário
ESSD	–	Escola Secundária Suzete Delgado
EUA	–	Estados Unidos da América
FAIMO	–	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
FED	–	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEPROF	–	Cursos Intensivos de Formação de Professores em Exercício
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
GTI	–	Gabinete Técnico Intermunicipal
ICASE	–	Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar
ICS	–	Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade
IDH	–	Índice de Desenvolvimento Humano
IP	–	Instituto Pedagógico
KVA	–	Unidade de medida em eletricidade
NU	–	Nações Unidas
OCDE	–	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OFO	–	Outros Fluxos Oficiais
OMCV	–	Organização das Mulheres de Cabo Verde

ONG	–	Organizações Não-Governamentais
ONGD	–	Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento
ONU	–	Organização das Nações Unidas
ONUDI	–	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
OTAN	–	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PADESA	–	Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão
PAIGC	–	Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
PAV	–	Programa Alargado de Vacinação
PDR	–	Plano de Desenvolvimento Regional
PDSA	–	Plano de Desenvolvimento de Santo Antão
PED	–	Países em Desenvolvimento
PMI-PF	–	Proteção Materno Infantil – Planeamento Familiar
PNUD	–	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREBA	–	Programa de Renovação e Extensão do Ensino Básico
PVD	–	Países em Vias de Desenvolvimento
SARDEP	–	Santo Antão Rural Development Project
TMI	–	Taxa de Mortalidade Infantil
UE	–	União Europeia
US	–	Unidades Sanitárias
USB	–	Unidades Sanitárias de Base

RESUMO EXECUTIVO

A Cooperação para o Desenvolvimento tem sido objeto de debate desde o fim da II Guerra Mundial e só a sua aplicação prática, sobretudo com a implementação do Plano Marshall, foi possível recuperar a Europa da destruição provocada pelo conflito.

País pequeno e desprovido de recursos naturais, Cabo Verde teve de apostar nas Relações Internacionais para garantir a sua sobrevivência e sonho de desenvolvimento, embora não dispusesse, no momento da independência, de um quadro estável a nível da diplomacia. Ainda assim, o país optou por uma aposta forte numa diplomacia que “forçasse” a abertura dos caminhos da cooperação para o desenvolvimento.

Efetivamente, com a independência nacional, a cooperação desempenhou um papel fundamental na viabilização do jovem país que era, *a priori*, considerado inviável. Por isso, o recurso à cooperação como forma de potenciar o desenvolvimento de Cabo Verde foi prática dos diferentes governos da república desde a independência nacional.

A localização da cooperação bilateral nalgumas ilhas foi, igualmente, uma prática seguida pelos governos, até ao ano 2000, e, no esforço de infraestruturação da ilha de Santo Antão, são de destacar os casos da **cooperação holandesa**, com investimentos nas áreas da agricultura e na infraestruturação hidráulica, da **cooperação italiana** na infraestruturação rodoviária da ilha e, mais recentemente, nos anos 1990, da **cooperação luxemburguesa**, objeto de estudo neste trabalho.

Com efeito, a cooperação luxemburguesa fez diferença no desenvolvimento da ilha de Santo Antão, uma ilha em que “estava (quase) tudo por fazer” tendo em conta que os investimentos feitos até por volta de 1990 não tinham tido a capacidade de alavancar o desenvolvimento da ilha, funcionando, sobretudo, como instrumentos de garantia de sobrevivência das populações locais, com a abertura de frentes de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO).

Com a localização da cooperação luxemburguesa em Santo Antão, a partir de 1990, e com a realização de investimentos mediante a identificação de necessidades e planificação de metas por parte da Associação dos Municípios de Santo Antão (AMSA) a ilha entrou, de facto, nos trilhos do desenvolvimento que os dados, utilizados na realização deste trabalho, indicam.

Palavras-chave: Cooperação, Desenvolvimento

ABSTRACT

The Development Cooperation has been the subject of debate since the end of World War II and only its practical application, especially with the implementation of the Marshall Plan has been recovered Europe the destruction caused by the conflict.

Cape Verde is a small country, with lack in natural resources; it had to bet on International Relations to ensure their survival and development dream, but not willing, at the time of independence, a stable level of diplomacy. Still, the country has opted for a strong focus on diplomacy that "forced" to open up paths of cooperation for development.

Indeed, with national independence, cooperation played a key role in enabling the young country that was a priori considered unfeasible. Therefore, the use of cooperation in order to maximize the development of Cape Verde was the practice of the various governments of the republic since national independence.

The location of the bilateral cooperation in some islands was also a practice followed by governments, by 2000 in an effort to island infrastructure, most notably the cases of Dutch cooperation, investment in agriculture and hydraulic infrastructure, the Italian cooperation in road infrastructure the island and, more recently, in the 1990s, the Luxembourg cooperation, the object of study in this work.

Indeed, the Luxembourg cooperation made a difference in the development of the island of Santo Antao, an island where "was (almost) everything to do" given that the investments made until around 1990 had not had the ability to leverage the development the island, working mainly as a survival guarantee instruments of local people, with the opening of the high intensity of hand labor fronts (FAIMO).

With the location of the Luxembourg cooperation in Santo Antao, from 1990, and the investments by identifying needs and planning goals by the Association of Santo Antao of Municipalities (AMSA) the island came, in fact, in development paths that the data used in this work indicate.

Keywords: Cooperation, Development

DEDICATÓRIAS

À memória do meu saudoso e amado pai, Mário do Rosário Fonseca, que, lá do local de convívio com Deus, como creio, continua a inspirar-me e a guiar-me;

À minha querida mãezinha, Maria da Paz, porto seguro, em cujo colo chorei as lágrimas que esta empreitada me provocou;

À minha amada esposa, Maria Ondina, e às minhas adoradas filhas Gilda Isabel, Sara Lorena e Laurinês Valentina: fi-lo por vós!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da Fé, pelo dom da vida, por tudo quanto me tem concedido ao longo da minha existência, pela coragem e perseverança com que me dotou e que me permitiu chegar a este momento. Laudate Dominum!

Agradeço aos meus irmãos Silvino e Dora, Salazar e Ângela que me abriram as portas de suas casas, em São Vicente, e facilitaram-me o percurso até este momento;

Agradeço também aos meus irmãos António, Carlos, Ulisses, Marino e Orlando (e as cunhadas) pela força e suporte moral com que me animaram nesta caminhada;

Agradeço ao Professor Graciano Nascimento pela paciência com que me aturou durante este tempo e pela doura orientação deste trabalho.

Agradeço ao Sr. Embaixador Luís Fonseca, pela disponibilidade em conceder-me a entrevista exploratória, primeiras luzes para a realização deste trabalho;

Agradeço ao Gabinete Técnico Intermunicipal da Associação dos Municípios de Santo Antão pela disponibilização de documentos e dados que permitiram a realização deste trabalho (obrigado Eng.º António Neves e D. Rosário);

Agradeço a Sua Excelência o senhor Presidente da Assembleia Nacional, Jorge Santos, então presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, e aos então presidentes de Câmara Alcídio Tavares (Paul) e César Almeida (Porto Novo) pelas entrevistas;

Agradeço ao presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Orlando Delgado, então Coordenador do GTI pela disponibilidade;

Agradeço ao Sr. José do Livramento Ramos Delgado (Djô de Memento) pela pronta disponibilidade e qualidade das informações que me disponibilizou;

Agradeço à Companhia de Navegação “Tuninha” que, no malogrado navio “Vicente”, facilitou-me, como pôde, o acesso a este momento, bem como aos condutores Tony e B. Leza pelas “boleias” Ribeira Grande/Porto Novo.

Agradeço à então Diretora da Rádio de Cabo Verde, Joana Olinda Miranda, posteriormente Gestora Executiva da INFORPRESS, ao então Delegado da RTC em São Vicente, Orlando Lima, e à Diretora de Informação da INFORPRESS, Zany Silva, que, com o seu apoio, foram fundamentais para o sucesso da minha empreitada;

Agradeço ao Presidente do Conselho de Administração da RTCI, Dr. Emanuel Moreira, pelo incentivo;

Agradeço a todos e a cada um dos meus colegas de curso, especialmente, ao Albertino Cruz, à Maria do Carmo Medina, à Nélida Neves que foram meus olhos e meus ouvidos durante as minhas forçadas ausências das aulas;

Agradeço a todas as pessoas que (mesmo não estando cá citadas nominalmente) acreditaram no meu projeto e me deram suporte moral para prosseguir nesta caminhada.

*Agradeço também (porque não?) às pessoas que me criaram todas as dificuldades e tentaram impedir-me a caminhada. Obrigado por terem despertado o meu espírito vencedor e a vontade de ultrapassar as dificuldades que me foram criando até deixarem a empresa. Confesso que foi difícil enfrentar (e vencer!!!) força tão poderosa mas, com a ajuda de Deus... Consegui!, porque **“tudo posso n’Aquele que me fortalece”**. Veni, Vidi, Vinci!*

INDICE GERAL

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE	IV
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS	V
RESUMO EXECUTIVO	VII
ABSTRACT	VIII
DEDICATÓRIAS	IX
AGRADECIMENTOS.....	X
INDICE GERAL	XII
INDICE DAS FIGURAS	XIV
INDICE DOS QUADROS	XV
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
2.1 – Relações Internacionais – Objeto e Definição	17
2.2 – As Relações Internacionais a partir dos Sec. XV e XVI	18
2.3 - As Relações Internacionais no pós-II Guerra Mundial	21
2.4 – O conceito geral de cooperação	22
2.5 – As Nações Unidas e a Cooperação.....	27
2.6 – Contextualização histórica da Cooperação para o Desenvolvimento	28
2.7 – A Ajuda Pública ao Desenvolvimento	30
2.8 – A Cooperação para o Desenvolvimento	31
2.8.1 – Os principais tipos de Cooperação para o Desenvolvimento.....	32
2.9 – O conceito de Cooperação Bilateral.....	34
2.10 – O conceito de Desenvolvimento	37
CAPÍTULO III – METODOLOGIA	40
CAPÍTULO IV – COOPERAÇÃO BILATERAL CABO VERDE – LUXEMBURGO....	42
4.1 – Cabo Verde: A Cooperação e os Desafios do Desenvolvimento	42
4.2 – A Cooperação Bilateral direcionada para Santo Antão	44
4.2.1 – A Cooperação Italiana	44
4.2.2 – A Cooperação Holandesa.....	45
4.2.3 – A Cooperação Luxemburguesa	46
4.3 – Apresentação da Ilha de Santo Antão.....	47

4.3.1 – Geografia e Morfologia.....	47
4.3.2 – População	48
4.4 – Apresentação do Projeto	49
4.5 – Diagnóstico da Situação em Finais dos Anos 80	51
4.5.1 - Setor da Eletrificação Rural.....	51
4.5.1.1 – Antecedentes	51
4.5.1.2 – Diagnóstico inicial nos anos 90	52
4.5.1.3 – O Plano Energético de Santo Antão e outros projetos.....	55
4.5.2 – Setor da Saúde.....	59
4.5.2.1. – Diagnóstico inicial	59
4.5.2.2 – Infraestruturas.....	59
4.5.2.3 – Pessoal.....	62
4.5.2.4 – Evolução em Infraestrutura e Pessoal.....	67
4.5.3 – Setor da Educação	68
4.5.3.1 – Diagnóstico inicial	68
4.5.4 – Ensino Básico Elementar	69
4.5.4.1 – Rede física.....	70
4.5.4.2 – Corpo Docente.....	71
4.5.4.3 – Rendimento Escolar	72
4.5.5 - Ensino Básico Complementar.....	72
4.5.5.1 – Rede física.....	73
4.5.5.2 – Corpo Docente.....	73
4.5.6 – Ensino Secundário	74
4.5.7 – Estratégia para a melhoria da qualidade do Ensino	75
CAPÍTULO V – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	79
CONCLUSÕES	84
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXOS.....	90
ANEXO I – Guião da Entrevista	91

INDICE DAS FIGURAS

Fig. 1 – Mapa da ilha de Santo Antão	46
Fig. 2 – Antigo hospital da Ribeira Grande	59
Fig. 3 – O Hospital Regional Dr. João Morais, de Santo Antão	64

INDICE DOS QUADROS

Quadro 01 – Evolução da população residente entre 1940 a 2000	48
Quadro 02 – Evolução do Consumo de energia elétrica	53
Quadro 03 – Distribuição das Unidades Sanitárias por concelho (1994)	58
Quadro 04 – Distribuição do pessoal técnico de Saúde, por tipo de US e por concelho (1994)	62
Quadro 05 – Distribuição das Unidades Sanitárias por concelho (1998)	65
Quadro 06 – Salas do EBE (1993)	68
Quadro 07 – Salas do EBI (2000)	69
Quadro 08 – Professores do Ensino Básico em funções em Santo Antão	69
Quadro 09 – Efetivos do Ensino Secundário em Santo Antão (1989 a 1994)	72
Quadro 10 – Evolução dos Efetivos do Ensino Secundário em Santo Antão (1990 e 2000)	72
Quadro 11 – Número de professores do Ensino Secundário em funções em Santo Antão	73

INTRODUÇÃO

A cooperação luxemburguesa teve intervenção em diversos sectores da vida das populações da ilha de Santo Antão, seja no sector da saúde (com a construção do hospital regional João Morais, reabilitação do Centro de Saúde do Paul, construção do Centro de Saúde do Porto Novo bem como a construção ou reabilitação de várias Unidades Sanitárias de Base um pouco por toda a ilha), no sector da educação (com a construção dos dois internatos, o liceu do Coculi, a construção ou reabilitação de várias escolas básicas), no sector dos transportes (com o cofinanciamento da estrada Janela/Porto Novo), no sector da energia (com a implementação do projeto de eletrificação rural), entre outros.

A concentração dessa cooperação na ilha terá sido a pedido do próprio Luxemburgo como forma de mostrar gratidão aos emigrantes santantonenses naquele país que, segundo palavras do príncipe Guillaume¹, aquando da sua visita a Santo Antão, “ajudaram a construir o desenvolvimento do Luxemburgo”.

Tendo em conta os investimentos feitos na ilha, com financiamento da cooperação luxemburguesa, elegeu-se este objeto de estudo para uma análise mais aprofundada. Para o efeito escolheu-se a seguinte pergunta de partida: ***“Em que medida o projeto da Cooperação Luxemburguesa terá contribuído para a melhoria do índice de desenvolvimento da ilha de Santo Antão nos anos 1990 a 2000”***.

Pretende-se comprovar as seguintes hipóteses de investigação:

- ***H1 – A cooperação bilateral teve uma ação fundamental no desenvolvimento da ilha de Santo Antão nos anos de 1990 a 2000.***
- ***H2 – Os investimentos feitos em Santo Antão com o financiamento disponibilizado por Luxemburgo, nos anos de 1990 a 2000, contribuíram para uma evolução significativa dos índices de desenvolvimento da ilha, nomeadamente, nos setores da saúde, educação e eletrificação.***

¹ O Grão-ducado do Luxemburgo é uma monarquia constitucional liderada por um soberano que tem o título de Grão-duque. O Príncipe Guillaume é irmão do Grão-duque Henri, atual soberano do Luxemburgo, e assumia, nessa altura, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Agência de Cooperação Luxembourg.

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Este estudo situa-se a partir do século XVI, embora se saiba que, na prática, as Relações Internacionais surgiram há muito mais tempo, com a necessidade de povos diferentes se relacionarem seja nos casos de declaração de guerra e de feitura da paz, seja nos casos de contactos comerciais, entre outros.

2.1 – Relações Internacionais – Objeto e Definição

As Relações Internacionais têm como objeto de estudo, as variáveis que interferem diretamente na sociedade internacional e consistem em estudos integrados, generalistas e abrangentes (Júnior e Matos, 2006).

Em função disso, adiantam Júnior e Matos (2006), “aparecem as dúvidas quanto à definição do objeto de estudo desta disciplina, destacando principalmente a sua característica multidisciplinar” envolvendo o estudo de várias cadeiras como o direito, a economia, a política, a história, a sociologia, entre outras.

Segundo Gonçalves² (sem data) recorrer às definições, não é a melhor forma de apresentar uma disciplina já que, além de ser difícil encontrar uma que seja capaz de exprimir o conteúdo da disciplina com a objetividade e a abrangência necessárias, qualquer uma das definições que venha a ser escolhida será, inevitavelmente, alvo das mais diversas contestações.

Por isso, Gonçalves (sem data) distingue Relações Internacionais das outras disciplinas que apresentam uma dimensão internacional, tais como a Política Internacional e a Política Externa e cita Phillipe Braillard e Mohammad-Reza Djalili para definir Relações Internacionais como “o conjunto de relações e comunicações que os grupos sociais estabelecem através das fronteiras”.

² http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf

As Relações Internacionais são matéria de estudos desde a Paz de Westphalia³, em que se formou o sistema europeu de Estados e autores como Nicolau Maquiavel, Jean-Jacques Rousseau entre outros, partiram de pressupostos como a paz e a guerra para explicarem as relações existentes entre os Estados e as sociedades (Júnior e Matos, 2006).

2.2 – As Relações Internacionais a partir dos Sec. XV e XVI

Júnior e Matos (2006) ensinam que “com os constantes conflitos ocasionados pela expansão comercial dos séculos XVI e XVII, o mapa do poder na Europa foi drasticamente modificado” durante a chamada “Revolução Comercial⁴” que provocou, também, “a emergência do empreendimento colonial expansionista, que marcou o período das Grandes Navegações”.

Entre o final do século XVII e o século XVIII, as revoluções burguesas sacudiram a Europa e os Estados Unidos e, além de provocarem uma reconfiguração do poder político e económico mundial, o crescimento da burguesia coincidiu com o gradual processo de industrialização e com a ampliação do comércio internacional (Júnior e Matos, 2006).

Segundo os mesmos autores, “a formação dos Estados Nacionais Europeus foi um processo de longa duração” e a estruturação desses Estados Nacionais “demandou variados recursos e exigiu investimentos militares, simbólicos, financeiros e persuasivos” (Júnior e Matos, 2006).

³ A Paz de Vestefália (1648) consiste em uma série de tratados que encerraram a Guerra dos Trinta Anos e que também reconheceu oficialmente a Confederação Suíça e as Províncias Unidas (um Estado europeu, antecessor dos atuais Países Baixos, também conhecido como Holanda, que existiu entre 1579 e 1795, agrupando as sete províncias do norte dos Países Baixos). A Paz de Vestefália é frequentemente lembrada por ter iniciado a versão moderna de diplomacia já que marcou o início da visão moderna de Estado Nação. Os Estados-nação a partir deste tratado adquiriram o *status* mais alto da escala governamental, não permitindo submissão a nenhum outro poder (Júnior e Matos, 2006).

⁴ A **Revolução Comercial** foi um período de grande expansão econômica da Europa, movido pelo colonialismo e mercantilismo, que durou aproximadamente do século XII ao século XVII. Este desenvolvimento comercial resultou em transformações profundas na economia europeia. A moeda tornou-se fator primordial da riqueza e as transações comerciais foram monetarizadas. A produção e a troca deixaram de ter caráter de mera subsistência e passaram a atender aos mercados das cidades, em outras palavras, o mundo estava começando a se integrar. As companhias mercantis passaram a aplicar técnicas contábeis e a adotar novas formas de comercializar, como as cartas de crédito e de pagamento. As minerações de ouro e prata conheceram o auge. As consequências da Revolução Comercial foram: o afluxo de metais para a Europa; alta nos preços europeus; ascensão da burguesia, a retomada da escravidão e a mudança do eixo comercial do Mediterrâneo para o Atlântico.

Júnior e Matos (2006) explicam que “o Sistema Internacional consagrado no **Congresso de Viena**⁵ não perduraria por muito tempo, haja vista as enormes assimetrias territoriais e de poder entre as nações Europeias” mas adiantam que, apesar disso, “o século XIX, marcado pela preponderância política, económica e expansionista do Império Britânico, foi um período de profundas e rápidas transformações no jogo político internacional.

No final do Congresso de Viena, Rússia, Áustria e Prússia assinaram um acordo intitulado Pacto da Santa Aliança, que pretendia reinserir as Relações Internacionais ao princípio da legitimidade dinástica e ao direito de intervenção. Na prática, isso traduzia em limitar os avanços territoriais das potências emergentes e, sobretudo, controlar o crescimento militar e económico inglês (Júnior e Matos, 2006).

A Idade Moderna, que teve entre outras características a descoberta do Continente Americano em 1492, elevou o nível de disputas entre os Estados que, de alguma forma, capitalizaram recursos tornando-os instrumentos de poder e supremacia e, nesse jogo de poder internacional, entre o início do século XVI ao final do século XIX, a Espanha, a Grã-Bretanha, a Áustria, a Rússia, a Prússia, a Holanda e a França alternaram-se nos papéis de protagonistas no teatro mundial (Júnior e Matos, 2006).

Esse período, adiantam Júnior e Matos (2006) “também foi marcado por inúmeras alianças e alinhamentos diplomáticos que, em muitos casos, rompia com o gradual predomínio de um Estado sobre os demais” e aqui chegados, marca-se a presença de um relacionamento combinado entre os Estados e, conseqüentemente, da importância das Relações Internacionais.

⁵ O Congresso de Viena (1815) teve como objetivo “reorganizar” o mapa político da Europa após o domínio do Império Napoleónico. Nesse Congresso as grandes potências se reuniram e surgiu a Santa Aliança organização que tinha por objetivo conter a difusão da revolução liberal (burguesa), semeada por Napoleão. O mapa da Europa e das colónias mudou significativamente. O Império Britânico garantiu sua supremacia nos mares, graças à anexação de pontos estratégicos no Mediterrâneo, no caminho das Índias e nas Antilhas. A Bélgica, dominada pela França, foi ligada à Holanda para evitar uma ação da França sobre o porto belga de Antuérpia. A Rússia recebeu parte da Polónia, a Finlândia e a Bessarábia. À Prússia coube grande parte da região do Reno, na Alemanha. A Áustria recebeu a Lombardia e Veneza, além da supremacia política sobre a Itália (Júnior e Matos, 2006).

Aliás, chega-se à conclusão de que o Congresso de Viena terá sido um dos mais importantes momentos das Relações Internacionais da Europa de então, ao reunir os mais influentes países desse continente à volta de interesses comuns.

As várias coligações e alianças militares firmadas ao longo desse período com vista à consecução de objetivos comuns a vários países, a unificação de alguns reinos e a consequente dominação da Europa pelos Habsburgos⁶, a assinatura, em 1648, do Tratado da Westfália que objetivava garantir o sistema de estados nacionais soberanos e independentes, são casos citados por Júnior e Matos (2006) com que se pode afirmar que, graças às Relações Internacionais, “surgia na Europa do século XVII, um sistema multipolar”, ou seja, os Estados passaram a atuar política e militarmente com vista aos seus interesses internos e não mais baseados na crença religiosa (Júnior e Matos, 2006).

Segundo Eric Hobsbawm, citado por Júnior e Matos (2006) a Revolução Industrial terá sido a mais “radical transformação da vida humana”, pelo que, para ele a Grã-Bretanha foi o epicentro da economia mundial desse período, tornando-se, sem qualquer precedente semelhante, o maior império já visto na história da humanidade.

Segundo os mesmos autores, Hobsbawm considera que durante a Revolução Industrial a Grã-Bretanha poderia ser descrita como a “oficina mecânica do mundo”, seu único importador e exportador em grande escala, seu único transportador, seu único país imperialista e quase que seu único investidor estrangeiro. Tais motivos levaram o país a construir a maior frota naval do globo e manter, de facto, uma verdadeira política mundial (Júnior e Matos, 2006).

Aproveitando das debilidades económicas dos outros países, a Grã-Bretanha desponta como principal articulador do expansionismo imperialista europeu, tornando-se, por volta do início do século XIX, o dínamo propulsor da nova etapa do capitalismo mundial (Júnior e Matos, 2006).

⁶ A dominação da Europa pelos Habsburgos foi resultado de uma astuta política de casamentos de Maximiliano I (1459-1519), que com o seu próprio enlace matrimonial passou a governar os Países Baixos, Luxemburgo e a Borgonha, e com o de seu filho Filipe, angariou Castela, Aragão e as possessões espanholas do Novo Mundo (Júnior e Matos, 2006).

Segundo os mesmos autores, os maciços investimentos na sua frota mercantil, a acumulação de capital, o saneamento das contas do país, a supremacia militar e a constante instabilidade dos demais países continentais, podem ser assinalados como os fundamentais motivos para a integração e expansão comercial inglesa (Júnior e Matos, 2006).

No entender de Júnior e Matos (2006) “a unificação da Alemanha e da Itália foram fenómenos que demandaram estratégias políticas, militares e diplomáticas” e a organização do poder político na Europa, esteve condicionada a fatores económicos, políticos e sociais, sobretudo a partir do Congresso de Viena, em 1815.

Pelo exposto até ao momento pode-se “observar as *nuances* históricas da formação dos Estados Nacionais e da consolidação da ordem mundial, tão importantes para a compreensão da conflituosa temática das Relações Internacionais” (Júnior e Matos, 2006), observando ainda “que praticamente todas as teorias que explicam as Relações Internacionais consideram os Estados como os principais atores” (Júnior e Matos, 2006).

2.3 - As Relações Internacionais no pós-II Guerra Mundial

O estudo específico das Relações Internacionais, tal como as conhecemos atualmente, surgiu nos Estados Unidos e na Inglaterra e sabe-se, segundo Gonçalves citado por Júnior e Matos (2006), que a primeira cátedra universitária deste estudo apareceu em 1919, na Universidade de Gales.

Júnior e Matos (2006) ensinam que na Inglaterra, os estudos da disciplina descenderam da cooperação académica entre a diplomacia e os diferentes segmentos universitários, caracterizando, entre outros fatores, as questões culturais como aspetos extremamente importantes na composição das Relações Internacionais.

Em função da realidade mundial existente no pós-Segunda Guerra Mundial (com a corrida armamentista e a busca pelo poder mundial, que ficou conhecida como a Guerra Fria) os Estados Unidos investiram nas pesquisas sobre Relações Internacionais tendo o objetivo direto de resolver os problemas concretos enfrentados pelo Estado, assumindo um carácter prático.

Ainda citando Júnior e Matos (2006), além da tão comentada relação entre Estados Nacionais, o dualismo de conceitos pode ser considerado também como realidade das relações internacionais, tendo como exemplos:

- Paz *versus* Guerra;
- Armamento nuclear *versus* Desarmamento;
- Imperialismo *versus* Nacionalismo;
- Países ricos *versus* Países pobres;
- Livre comércio *versus* Protecionismo;
- Integração regional *versus* Globalização;
- Livre circulação de pessoas *versus* Xenofobia;
- Preservação do meio ambiente *versus* Desmatamento;
- Segurança nacional *versus* Terrorismo.

De facto, se durante muito tempo as preocupações das Relações Internacionais estavam essencialmente ligadas às questões de guerra e paz, no pós-Segunda Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas, outras preocupações vieram juntar-se a estas, já que, segundo Júnior e Matos (2006), “a realidade que envolve as Relações Internacionais é muito ampla e contemporânea, abrangendo *conflitos* (por um lado) e *ações de cooperação* entre as sociedades (por outro lado)”.

As ações de cooperação começaram a intensificar-se nas Relações Internacionais, não só no que toca a questões de guerra e paz (por exemplo a constituição dos blocos de influência política e militar como são os casos da OTAN e do Pacto de Varsóvia), mas também e, sobretudo, no que toca a ações de Cooperação para o Desenvolvimento.

2.4 – O conceito geral de cooperação

Monteiro (2009) cita Maria Manuela Afonso que define cooperação como “a criação de mecanismos e estabelecimento de laços de solidariedade, para compensar o fosso cada vez maior entre os Países Desenvolvidos e os Países em Vias de Desenvolvimento⁷”.

⁷ A designação Países em Vias de Desenvolvimentos foi substituída por Países em Desenvolvimento.

Para a mesma autora “a cooperação pode, ainda, ser entendida como um trabalho em comum, de colaboração, e ato de ajuda ao desenvolvimento⁸” e esse trabalho tem-se revelado um instrumento indutor para a melhoria das condições de vida de muitos povos, principalmente os menos desenvolvidos (Monteiro, 2009).

Segundo Afonso e Fernandes (2005) o conceito de cooperação para o desenvolvimento e o financiamento para o desenvolvimento são muito amplos, incluindo uma grande diversidade de fluxos⁹, quanto à origem e natureza, visando promover o desenvolvimento económico e social nos países menos desenvolvidos.

Maciel (2009) apresenta o significado etimológico da palavra “cooperar” como “atuar conjuntamente com outros para conseguir um mesmo fim”.

Fonseca-Statter (2012) afirma que, em rigor, a expressão “cooperação” implica, e historicamente começa por se basear, “numa igualdade”, não só *de jure* mas sobretudo *de facto*, entre as partes “cooperantes”.

O mesmo autor exemplifica com “o caso das múltiplas organizações internacionais, muitas delas fundadas em finais do século XIX e que pouco ou nada têm a ver com “Ajuda Pública ao Desenvolvimento¹⁰”. Dir-se-á a esse respeito que os Estados soberanos mais desenvolvidos começaram, desde há muitas décadas, por cooperar entre si para a resolução pragmática de problemas comuns (Fonseca-Statter, 2012).

Segundo Fonseca-Statter (2012) a expressão “cooperação”, quando utilizada no contexto das relações internacionais, deveria ser reservada para o tipo de relações em que todos os Estados

⁸ A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), na definição do Comité da Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, traduz-se na transferência de recursos provenientes de meios públicos ou de organizações intergovernamentais, concedidos em condições mais favoráveis do que as do mercado e cuja finalidade é o desenvolvimento do país recetor (Monteiro, 2009).

⁹ 1-APD (cooperação técnica, ajuda alimentar, alívio da dívida, apoio ao orçamento, etc.), 2-Outros Fluxos Oficiais (OFO) (empréstimos, créditos à exportação, etc.), 3-Donativos através das ONG e 4-Fluxos privados (investimento direto, empréstimos bancários, créditos privados à exportação, etc.).

¹⁰ É suposto que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento seja prestada por parte dos países do Norte, economicamente mais desenvolvidos, relativamente aos países do Sul, economicamente menos desenvolvidos. Muitas vezes este conceito é definido como Cooperação Norte-Sul.

participantes contribuem, de facto, em pé de igualdade e cada um de acordo com a sua especificidade.

Fonseca-Statter (2012) exemplifica com o caso de organizações internacionais ou intraestatais que se ocupam da cooperação, por exemplo, no controle da qualidade do ambiente, da meteorologia, dos acordos e convénios relativos ao tráfego aéreo ou marítimo ou ainda da cooperação na utilização internacional dos diversos meios de telecomunicações.

Em contraponto, a própria e entretanto emergente prática da referida “Ajuda Pública ao Desenvolvimento”, implica o reconhecimento do facto comezinho e banal de que, se é verdade que em princípio todos os países são iguais em direitos e obrigações, sucede na prática que uns países (os mais ricos) acabam por ser “mais iguais” do que outros países (os mais pobres) (Fonseca-Statter, 2012).

O autor chama a atenção para o facto de a expressão “cooperação internacional” ter acabado por vir a ser conotada, quase que exclusivamente e com toda a naturalidade, à prática de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (Fonseca-Statter, 2012).

Contudo, Fonseca-Statter (2012) entende que se deve considerar que a ideia de cooperação, entendida no atual e mais comum sentido de “ajuda pública ao desenvolvimento”, tem também implícita a ideia generosa (e então revolucionária) da fraternidade e solidariedade entre os povos, surgida com os ideais do Iluminismo e expressas nas revoluções americana e francesa, em finais do século XVIII.

Dougherty e Pfaltzgraff (2003) indicam que “a cooperação tem sido definida como um conjunto de relações que não estão baseadas na coação ou no constrangimento, antes estão legitimadas através do consentimento mútuo dos intervenientes¹¹”.

¹¹ É o caso de organizações internacionais do tipo das Nações Unidas e da União Europeia ou em alianças como a OTAN” (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Os Estados, adiantam Dougherty e Pfaltzgraff (2003), podem desenvolver relações cooperativas em resultado da sua participação em organizações internacionais e em outras formas de cooperação como os *regimes internacionais*¹²¹³.

Segundo Maciel (2009), a partir da segunda metade do século XX, a cooperação internacional fortaleceu-se como uma importante ferramenta de relacionamento entre os diversos atores do sistema internacional.

Na perspectiva de Dougherty e Pfaltzgraff (2003) “a chave para o comportamento cooperativo reside na crença da reciprocidade da cooperação” e, adiantam os autores, “na ausência deste tipo de pressuposto acerca do comportamento dos intervenientes, nenhum participante se comportará da forma pretendida”.

Segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2003) “a questão central para uma teoria da cooperação baseada no egoísmo dos interesses é a do grau em que as recompensas mútuas, que resultam da cooperação, podem superar a conceção de interesse baseada na ação unilateral e na competição¹⁴”.

Para Dougherty e Pfaltzgraff (2003) a cooperação pode ocorrer em resultado de ajustamentos do comportamento dos atores e em resposta, ou por antecipação, às preferências de outros atores. A cooperação pode ser consensualizada num processo de negociação quer explícito quer tácito.

¹² Conjunto de expectativas, regras e regulamentos, planos, entidades organizacionais e compromissos financeiros aceites de forma recíproca por um grupo de Estados. O regime internacional engloba áreas tão distintas como a defesa, o comércio, a política monetária, o direito e a política alimentar. Estas entidades são vistas como representantes dos esforços no seio do sistema internacional no sentido do desenvolvimento de acordos, tanto formais como informais de colaboração. Este conceito abrange uma gama de entidades que vai da Organização Mundial de Saúde (OMS) à União Europeia (UE) (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

¹³ Destaque do autor.

¹⁴ O problema pode ser ilustrado através do caso em que dois Estados mantêm barreiras ao comércio internacional. Se ambos levantarem esses obstáculos, cada um deles virá a beneficiar. Se uma nação levantar as restrições comerciais unilateralmente, o outro Estado terá incentivos para entrar nos mercados recém-surgidos ao mesmo tempo que mantém o seu próprio mercado doméstico fechado às importações. O problema consiste em como desenvolver uma teoria de cooperação em situações em que o interesse próprio é prosseguido na ausência de uma autoridade central capaz de fazer aplicar um comportamento cooperativo (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Tendo em conta que a cooperação internacional ocorre, necessariamente, num cenário descentralizado desprovido de instituições e de normas eficazes para regular as relações entre as unidades culturalmente diferenciadas e geograficamente separadas, torna-se essencial superar os problemas que resultam de uma inadequada troca de informações acerca das motivações e intenções das várias partes (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Os mesmos autores consideram que “de importância central para uma teoria de cooperação é o grau em que os incentivos para a cooperação ou os dividendos que dela derivam são vistos como superiores aos incentivos para uma ação unilateral” (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Dougherty e Pfaltzgraff (2003) afirmam que “a cooperação pode também resultar de uma relação entre um ator mais forte e uma parte mais fraca”. É que, continuam Dougherty e Pfaltzgraff (2003), “os poderes hegemónicos têm a capacidade de fornecer a estabilidade que aumenta a segurança e o bem-estar económico dos estados mais pequenos na forma, por exemplo, da *Pax Britannica*¹⁵ do século XIX ou da mais recente *Pax Americana*¹⁶”.

Segundo os mesmos autores, “o poder hegemónico contribui, assim, para o comportamento cooperativo ao fornecer a base para a realização de vantagens mútuas sob a forma de mercados em expansão ou de proteção militar” (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

Monteiro (2009) considera que “... se a cooperação for considerada no sentido mais nobre do termo, ou seja, com vista a promover as bases de um desenvolvimento autossustentado que valoriza, de facto, os países e apoia a construção de alicerces duradouros no quadro da

¹⁵*Pax Britannica*, "paz britânica" em latim, copiado de Pax Romana, é a expressão utilizada para descrever o período de paz sentido após a Batalha de Trafalgar que teve como consequência uma maior expansão do Império Britânico. Durante este tempo, a Europa gozava de uma paz relativamente estável com o Império Britânico controlando as principais rotas navais e colocando-se numa posição dominante sobre os mercados estrangeiros, levando o Reino Unido quase a dominar os mercados chineses depois das guerras do ópio. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Pax_Britannica) 14/01/2016, 06:35.

¹⁶A *Pax Americana* é um termo latino que se refere à hegemonia norte-americana no mundo. Também indica o período de relativa paz entre as potências ocidentais e outras grandes potências do fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, coincidindo com a atual dominação económica e militar dos Estados Unidos da América, em estreita colaboração com a ONU. Este conceito coloca os EUA no moderno papel que poderia ter o Império Romano na sua época (Pax Romana) e o Império Britânico no século XIX (Pax Britannica) para um papel de "polícia do mundo". (https://pt.wikipedia.org/wiki/Pax_Americana) 14/01/2016, 06:42.

nova mundialização, então o objetivo prioritário da cooperação internacional é, no imediato, o da formação de recursos humanos e, logo de seguida, o do desenvolvimento”.

Adianta o mesmo autor que, “... em sentido lato, a cooperação visa promover o desenvolvimento dos países beneficiários da mesma e tem como principais objetivos:

- A luta contra a pobreza;
- A promoção e consolidação da democracia nos PVD¹⁷;
- O desenvolvimento económico-social sustentável dos países mais desfavorecidos;
- A inserção harmoniosa e progressiva dos PVD na economia mundial;
- Evitar e responder a perigos e ameaças comuns;
- Construir um sistema internacional mais justo e mais eficaz;
- Fomentar o desenvolvimento e o progresso social e preservar o meio ambiente”.

Monteiro (2009) indica que, além de visar o desenvolvimento, “a cooperação também assume uma vertente política uma vez que favorece a interação entre povos e regiões e permite a sua compreensão mútua, o que ajuda à descrispação das relações internacionais”.

Por isso, “a cooperação facilita o equilíbrio político a nível global e ajuda a melhorar a integração no sistema mundial das regiões mais remotas e desfavorecidas” (Monteiro, 2009).

2.5 – As Nações Unidas e a Cooperação

Essa constatação fez com que as Nações Unidas criassem, uma agência especializada, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹⁸ com a função específica de “trabalhar conjuntamente com os países procurando alcançar soluções para os desafios do desenvolvimento nos seus diferentes níveis” (Machado e Pamplona, 2007).

¹⁷A designação Países em Vias de Desenvolvimentos foi substituída por Países em Desenvolvimento.

¹⁸O PNUD foi criado a partir de resolução da Assembleia Geral da ONU em 1965 que estabelecia a fusão de duas entidades então existentes: o United Nations Special Fund (Fundo Especial das Nações Unidas) e o Expanded Programme of Technical Assistance (Programa Estendido de Cooperação Técnica). Essa resolução entrou em vigor no início de 1966, criando assim o PNUD, que ganhou papel de destaque na ONU. Ele é o principal órgão da ONU para o desenvolvimento (Machado & Pamplona, 2007).

Entre outras tarefas compete ao PNUD elaborar a medida conhecida como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este indicador social estatístico é composto a partir de três parâmetros: uma vida longa e saudável (esperança de vida à nascença), a educação (medida segundo a taxa de alfabetização de adultos e a taxa bruta combinada de alunos matriculados no ensino primário, secundário e superior) e um nível de vida digno (calculado pelo Produto Interno Bruto por habitante, em dólares) (PNUD)

Desde que o Programa foi criado, atividades cruciais foram-lhe atribuídas, uma vez que ele se constitui como um importante órgão financiador e coordenador para as tarefas de desenvolvimento da ONU (Machado e Pamplona, 2007).

O conceito de desenvolvimento, aplicado a uma comunidade humana, define uma situação de progresso em termos económicos, sociais, culturais ou políticos (PNUD).

2.6 – Contextualização histórica da Cooperação para o Desenvolvimento

Monteiro (2009) indica que “a importância da cooperação remonta à fase da descolonização e à necessidade de apoiar e dotar os novos países dos meios indisponíveis para a consolidação das estruturas políticas e económicas do Estado” e, adianta o mesmo autor, “foi nesse âmbito que surgiram as primeiras preocupações em ajudar”.

Essa ideia é demonstrada, segundo Monteiro (2009), pelas “intenções expressas na assinatura da Carta das Nações Unidas¹⁹, em 1945, e ao Plano Marshall²⁰ concretizada nos anos 1948 a 1953”.

¹⁹ A carta das Nações Unidas foi assinada em 26 de Junho de 1945, em São Francisco, por 51 países – nomeadamente os que tinham estado presentes na conferência mais a Polónia – e entrou em vigor a 24 de Outubro do mesmo ano, depois de ratificada pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Monteiro, 2009) e (<https://www.unric.org/html/portuguese/charter/Cartaun.pdf> - consultado em 04-04-2016, às 20:24).

²⁰ O **Plano Marshall**, conhecido oficialmente como **Programa de Recuperação Europeia**, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall. O plano de reconstrução foi desenvolvido num encontro dos Estados europeus participantes em Julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados, mas Josef Staline viu o plano como uma ameaça e não permitiu a participação de nenhum país sob o controle soviético. O plano permaneceu em operação por quatro anos fiscais a partir de Julho de 1947. Durante esse período, algo em torno de 13 mil milhões de dólares de assistência técnica e económica — equivalente a cerca de US\$ 132 bilhões (132 mil milhões de dólares) em 2006, ajustado pela inflação — foram entregues para ajudar na recuperação dos países

O mesmo autor deixa claro que a Carta das Nações Unidas proclama, em várias das suas disposições, a ajuda internacional, formando e adaptando, continuamente, estruturas e mecanismos financeiros” como são os casos do Banco Mundial (BM), da Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID), do Fundo Monetário Internacional (FMI) além de organismos de intervenção e de execução, nomeadamente, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ou a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI).

Adianta Monteiro que o primeiro grande passo no sentido da formação da cooperação internacional foi o compromisso assumido por parte dos países fundadores da ONU de apoiar e utilizar as instituições criadas para promover o desenvolvimento económico e social de todos os povos do mundo. Adianta ainda que, a ONU, apesar de ser concebida – em primeiro lugar e especialmente – como uma organização para a manutenção da paz, marca, desde os primeiros anos, o sistema de Cooperação para o Desenvolvimento ao assumir responsabilidade numa vasta gama de domínios, nomeadamente, económico, social, cultural e humanitário e ao debruçar-se sobre os problemas das regiões subdesenvolvidas.

Por outro lado, o Plano Marshall sujeitou os Estados europeus a um programa de reconstrução económica contribuindo, significativamente, para o estreitamento dos laços de cooperação entre os mesmos. Esse plano, além da recuperação europeia a nível económico, propunha-se impedir a propagação do comunismo na Itália e na França, estabilizar a Alemanha Ocidental e reduzir a atração dos Britânicos pelo socialismo e interessava aos EUA porque os países europeus constituíam um importante mercado para o escoamento dos seus produtos e, por outro lado, seriam aliados na contenção do expansionismo soviético (Monteiro, 2009).

Monteiro (2009) escreve que apesar da evolução a nível económico, o reconhecimento pelos Estados europeus das suas insuficiências em enfrentarem, separadamente, os desafios comuns, como era o caso da defesa e da segurança fez com que os países ganhassem a consciência de que “sem cooperação não haveria paz nem recuperação” e começaram a

européus que juntaram-se à Organização Europeia para a Cooperação e Desenvolvimento Económico. Quando o plano foi completado, a economia de cada país participante, com a exceção da Alemanha, tinha crescido consideravelmente acima dos níveis pré-guerra.

formar grandes espaços organizados. Esses grandes espaços surgiram da necessidade de aumentar e fortalecer os laços entre os diferentes Estados europeus visando objetivos comuns.

Assim, a criação das organizações predecessoras²¹ da atual União Europeia, no caso concreto, a Comunidade Económica Europeia (CEE), marcou o surgimento da chamada “cooperação Norte-Sul” por intervenção da França que impôs como condição para assinar, em 1957, o Tratado de Roma “a abertura do Mercado Comum aos domínios coloniais africanos em proveito da União Francesa mantendo, assim, relações económicas privilegiadas e de livre comércio com os seus parceiros ultramarinos. Mais tarde, com a entrada da Grã-Bretanha, surgiram as Convenções de Lomé e a criação do primeiro Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), com a duração de cinco anos (Monteiro, 2009).

2.7 – A Ajuda Pública ao Desenvolvimento

Neste ponto retoma-se o conceito de Ajuda Pública ao Desenvolvimento apresentado por Afonso e Fernandes (2005) como uma importante fonte de financiamento do desenvolvimento e as mesmas autoras indicam as características que os fluxos de APD devem respeitar para poderem ser considerados como tal.

Assim, segundo Afonso e Fernandes (2005), para serem considerados fluxos de APD devem:

- Ser canalizados pelo sector público (incluindo organismos regionais ou locais);
- Contribuir para promover o desenvolvimento económico e melhorar o nível de vida dos países recetores, a longo prazo;
- Constituir uma transferência de recursos na forma de donativo ou empréstimos em condições muito mais favoráveis que as do mercado – o nível de liberalidade deve ser de pelo menos 25%;
- O país beneficiário deve constar da lista dos países em desenvolvimento elaborada pelo CAD.

²¹ Comunidade Europeia do Carvão e do Aço “CECA”, criada em 1951 pelo Tratado de Paris; Comunidade Económica Europeia “CEE”, criada em 25 de Março de 1957 pelo Tratado de Roma, assinado pela Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Itália e Alemanha, e entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 1958, viria a desembocar na atual União Europeia.

Dito de outra forma, não são considerados Ajuda:

- Os donativos a PED cujos fins sejam essencialmente comerciais;
- As operações bilaterais do sector público que, ainda que com objetivos de promoção do desenvolvimento dos PED, tenham uma liberalidade inferior a 25%;
- As operações bilaterais do sector público, independentemente do seu elemento de liberalidade, que tenham como objetivo essencial favorecer as exportações;
- As aquisições efetuadas pelos governos e instituições monetárias centrais de títulos emitidos pelos Bancos de desenvolvimento multilaterais em condições de mercado;
- As subvenções (donativos) concedidas ao sector privado para lhe permitir flexibilizar as condições dos créditos que este outorga aos PED;
- As ajudas para financiar investimentos privados.

2.8 – A Cooperação para o Desenvolvimento

Num mundo, assumidamente, globalizado a cooperação entre os Estados assume importância relevante não só a nível cultural e político mas, essencialmente, a nível económico visando o desenvolvimento equilibrado, dinâmico e sustentável.

Dá o conceito de Cooperação para o Desenvolvimento, um conceito que “não tem uma definição única e plena, aceite e adaptada a todos os contextos e espaços temporais. Na realidade, tem sido objeto de debate desde o fim da II Guerra Mundial”, segundo um artigo inserto no *site* www.plataformaongd.pt.²²

No mesmo artigo, o autor explica que a definição de cooperação foi acompanhando a evolução do contexto internacional, moldando-se ao pensamento e aos valores políticos que, época a época, eram dominantes e que moldavam a perspetiva sobre o desenvolvimento e a visão do relacionamento entre Estados. A Cooperação para o Desenvolvimento visa apoiar regiões, países e comunidades que têm dificuldades e que estão inseridos num contexto marcado por um desequilíbrio na repartição dos recursos e das oportunidades a nível mundial.

²²<http://www.plataformaongd.pt/plataforma/areasactuacao/area.aspx?id=1430> (Consultado em 10/01/2016 às 00:50)

Trata-se de um esforço levado a cabo conjuntamente por países desenvolvidos e países em desenvolvimento, com a finalidade de combater as dificuldades económicas e sociais de forma sustentável e duradoura (www.plataformaongd.pt).

Monteiro (2009) entende que “o ato de cooperação entre países faz parte da dinâmica política, económica e social que caracteriza a realidade de qualquer Estado no Mundo em geral e, em particular, dos países africanos”.

2.8.1 – Os principais tipos de Cooperação para o Desenvolvimento

Segundo Afonso e Fernandes (2005) “... a Cooperação para o Desenvolvimento pode catalogar-se em função da sua origem, canais de execução ou instrumento de implementação:

1. *Segundo a origem* – pública (Administração central, regiões, ou outros níveis da Administração) ou privada (ONG, empresas, associações, etc.);
2. *Segundo os canais de execução*²³ – bilateral, multilateral, ONGD, descentralizada, etc.

A cooperação *bilateral* é aquela em que os doadores canalizam os fluxos APD diretamente para os recetores (governos ou outras organizações) e diz-se *multilateral* quando os fundos são transferidos para organizações multilaterais as quais os utilizam para financiar as suas atividades de promoção do desenvolvimento. Em princípio a cooperação multilateral é mais eficaz que a bilateral, particularmente na resolução de problemas que são comuns a vários países.

A cooperação *descentralizada* diz respeito à cooperação realizada por entidades sub-estatais, que não fazem parte da Administração central do Estado (municípios, regiões, instituições de ensino, etc.). Na realidade, constitui uma nova abordagem da cooperação, que se caracteriza pela descentralização das iniciativas e da relação com os países em desenvolvimento, pela inclusão de uma grande variedade de novos atores da sociedade civil e por uma verdadeira participação dos atores dos países beneficiários no seu próprio desenvolvimento.

²³ Existe atualmente uma multitude de atores de implementação da cooperação: cerca de 75 agências – 40 bilaterais, 20 multilaterais e 15 agências especializadas das NU – para além da proliferação de ONGD do Norte e do Sul (Afonso e Fernandes, 2015).

3. *Segundo os instrumentos* – Ajuda alimentar, cooperação técnica, cooperação financeira, Ajuda humanitária e de emergência, etc.

Entendimento coincidente têm Dougherty e Pfaltzgraff (2003) que ensinam que a cooperação internacional abarca as relações entre dois Estados, cooperação *bilateral*, ou as relações entre um maior número de unidades designado por *multilateralismo*.

Segundo Dougherty e Pfaltzgraff (2003), apesar de os acordos cooperativos emergirem, frequentemente entre dois Estados, o grosso da cooperação internacional tem emergido no campo multilateral.

Dougherty e Pfaltzgraff (2003) definem *multilateralismo* como “uma forma institucional de coordenação das relações entre três ou mais estados com base em princípios de conduta generalizada”.

Além da cooperação *bilateral* e da *multilateral*, no estudo da cooperação internacional destaca-se também a *cooperação descentralizada* que, segundo Ramos (2002) “é hoje mundialmente reconhecido como um complemento dos meios tradicionais de cooperação” que “visa estabelecer novas formas de colaboração e parcerias, bilateral e multilateral, com as autoridades locais e organizações não-governamentais, funcionando como um substrato importante de solidariedade, condição indispensável para uma boa governação”.

Faria (2010) explica que o conceito de *Cooperação Descentralizada* surge nos finais da década de 80, mais precisamente em 1989, com a Convenção de Lomé IV²⁴, que defendia uma maior participação e envolvimento da sociedade civil dos países recetores, na promoção do desenvolvimento interno²⁵.

²⁴ A *Convenção de Lomé* é um acordo assinado em 1975 que associou 70 países da África, das Caraíbas e do Pacífico aos Estados-membros da União Europeia e era o acordo coletivo de cooperação mais vasto da história das relações entre países do Norte e países do Sul. Existiram quatro convenções de Lomé: Lomé I, Lomé II, Lomé III e Lomé IV, que foram sucessivos aperfeiçoamentos de um acordo inicial.

A Convenção de Lomé IV tinha em vista promover a cooperação descentralizada, com recurso a parceiros locais públicos e privados, (organismos e associações locais, organizações não-governamentais, sindicatos, etc.) para executar "o desenvolvimento participativo" das populações locais. A proteção do ambiente nos países ACP fez parte integrante da Convenção.

²⁵<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/C/Cooperacao%20Descentralizada-252/> – 2016-02-04 09:31

2.9 – O conceito de Cooperação Bilateral

As mudanças que se verificam no contexto internacional e nas conceções de política externa, com óbvios reflexos na cooperação, levam a que a mesma seja alvo de várias definições, uma das quais enuncia que entende-se por cooperação bilateral aquela em que os governos doadores mobilizam os seus fundos de cooperação para o desenvolvimento diretamente para os “recetores” da ajuda, sejam estes os governos dos países ou outras organizações.²⁶

A cooperação multilateral, segundo a mesma fonte, é aquela em que os doadores remetem os fundos para *organizações multilaterais*²⁷, para que estas os utilizem no financiamento das suas atividades e do seu funcionamento. A gestão destes fundos é feita pelas organizações internacionais e não diretamente pelos Estados doadores.

Os motivos para participar na Ajuda ao Desenvolvimento não só variaram ao longo do tempo como variam entre países e atores da cooperação, podendo ou não estar ligados a objetivos de desenvolvimento dos países recetores (Afonso e Fernandes, 2005).

Os motivos subjacentes à sua concessão são, por isso, fundamentais para compreender a forma como ela foi concedida e o impacto que tem e podem estar relacionados com a concretização de objetivos de desenvolvimento, no sentido de que os argumentos para iniciar a Cooperação para o Desenvolvimento provocam uma vontade de alcançar as metas estabelecidas. Contudo, do ponto de vista analítico, é possível separar os motivos e argumentos para a Ajuda ao Desenvolvimento dos objetivos de desenvolvimento (Afonso e Fernandes, 2005).

Para além dos objetivos de promoção do desenvolvimento, tem havido outros motivos, como a segurança nacional, os interesses políticos, comerciais e/ou de investimento dos países doadores, motivos e argumentos que não são necessariamente consistentes, defendem as autoras acima citadas.

²⁶<http://www.plataformaongd.pt/plataforma/areasactuacao/area.aspx?id=1430> (Consultado em 10/01/2016 às 00:50)

²⁷Comissão Europeia, ONU, Bancos de Desenvolvimento, etc.
(<http://www.plataformaongd.pt/plataforma/areasactuacao/area.aspx?id=1430> (Cons. 10/01/2016 às 00:50))

Afonso e Fernandes (2005) são de opinião de que “o discurso oficial para fornecer Ajuda pode colocar a tónica no altruísmo e a prática evidenciar considerações de segurança nacional, interesse comerciais ou de influência política²⁸”.

Segundo Afonso e Fernandes (2005) os motivos mais importantes para conceder Ajuda relacionam-se com os princípios morais e humanitários, motivos e interesses económicos e políticos, motivações ambientais e de sustentabilidade e, mais recentemente, passou-se a incluir um conceito mais amplo de segurança nacional:

Motivos éticos, morais e humanitários – têm subjacente a ideia de que uma pessoa que tem maior capacidade financeira tem o dever moral de ajudar os que têm maiores dificuldades económicas e sociais. Esta obrigação moral aplica-se à relação entre países. De inspiração filosófica e religiosa, tem sempre estado presente na Ajuda, tendo evoluído para a sensibilidade às emergências e catástrofes e às situações de grande sofrimento.

Mas, a abordagem pode ser feita na perspectiva oposta, ou seja, a Ajuda não é uma espécie de caridade mas sim o contrário: os pobres têm o direito a uma parcela maior dos recursos de uma sociedade ou do mundo. Está aqui implícito o princípio de que todos os seres humanos têm o direito ao desenvolvimento (princípio defendido na Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, em 1993, em Viena).

Os motivos meramente morais e humanitários raramente são apresentados no debate sobre a Ajuda ao Desenvolvimento. Nos doadores bilaterais esta motivação é, normalmente, combinada com outros tipos de interesse; na cooperação multilateral tem desempenhado um papel proeminente através das NU, o mesmo já não se podendo dizer dos Bancos Regionais e da União Europeia que contêm elementos significativos dos interesses nacionais dos países doadores, e prevalece em muita Ajuda das ONG, ainda que nestas exista grande heterogeneidade.

²⁸ As considerações de segurança e de interesse económico nacional comandaram o Plano Marshall. À medida que a cooperação se foi estendendo aos países recém-independentes os interesses comerciais também começaram a desempenhar um importante papel. Contudo, as razões de interesse nacional mantiveram-se claramente dominantes, estando bem presentes na política de Ajuda de alguns doadores, como é o caso dos EUA. O discurso oficial, com considerações morais, esconde frequentemente outras prioridades como a promoção dos interesses económicos e comerciais, o acesso a recursos naturais, a matérias-primas e mercados nas ex-colónias (Afonso e Fernandes, 2005).

Motivos e interesses económicos e políticos – muitas vezes a Ajuda é usada como instrumento de salvaguarda dos interesses de segurança nacional e política dos doadores. Os motivos políticos foram preponderantes durante a Guerra Fria para os dois blocos. Também os interesses económicos e comerciais, que oficialmente têm uma importância secundária, comandam muitas vezes a escolha dos países recetores da Ajuda e os instrumentos utilizados. A concentração da Ajuda das ex-potências coloniais nas suas antigas colónias não se deve apenas ao sentimento de pertença a uma comunidade mas também à necessidade de manter o acesso privilegiado a recursos e mercados, preservando os laços históricos. Mesmo os países sem passado colonial (EUA, Canadá, Japão) nortearam as suas políticas de Ajuda pelos seus interesses comerciais e/ou políticos.

Esta realidade também é válida para os doadores de pequena e média dimensão. A questão dos interesses comerciais e do envolvimento das empresas na Ajuda refletiu-se na Ajuda ligada, ou seja, na exigência por parte dos doadores de os donativos ou empréstimos serem usados para adquirir bens e serviços no país doador. Expansão cultural (França), interesses comerciais e económicos (tornando a Ajuda uma forma de investimento – expansão das exportações, criação de emprego, apoio a produtores nacionais, acesso seguro ao petróleo e outros minerais estratégicos – Japão, EUA), e interesses estratégicos e de segurança (EUA) figuram, assim, entre os principais motivos para fornecer Ajuda.

Motivações ambientais e de sustentabilidade – A inclusão de preocupações ambientais nas políticas de Ajuda emerge em meados dos anos 80, na sequência da publicação do Relatório Brundtland, em 1987, que chama a atenção para a interdependência mundial e para a necessidade dos problemas ambientais serem tratados de forma global, assente numa estratégia comum de crescimento, tendo por base a sustentabilidade ambiental. Nesta linha, os países doadores deverão canalizar APD para os PED implementarem as suas políticas ambientais. Em 1990, o Relatório da Comissão Sul, a Conferência das NU sobre o ambiente, no Rio de Janeiro, em 1992, e, em 1995, o relatório da Comissão sobre a Governação Global, reforçam a necessidade de fornecer Ajuda aos PED para resolver os problemas ambientais.

Tendências mais recente nas motivações – nos anos mais recentes o debate sobre a Ajuda passou a incluir um conceito mais amplo de segurança nacional como motivação para a

Ajuda. Os países da UE, em particular, salientam que a Ajuda externa também deve ser usada para reduzir as migrações e o fluxo de refugiados do Médio Oriente, África e Europa.

Nos EUA a discussão de um conceito de segurança nacional mais amplo conduziu à ligação da Ajuda aos conflitos regionais envolvendo soldados americanos. Se nos anos 90 se assistiu a uma diminuição das razões de segurança nacional para fornecer Ajuda, os acontecimentos pós-11 de Setembro²⁹ poderão alterar significativamente as motivações para a Ajuda.

A política de Ajuda também tem sido delineada, em parte, como um elemento na luta contra a produção e o comércio de narcóticos e uma outra motivação nova é o fornecimento de Bens Públicos Globais (BPG), embora por definição isto seja para benefício de todos e não para o país específico onde a produção ou fornecimento do bem ocorra (por exemplo, a preservação da biodiversidade, a redução da mudança climática) (Afonso e Fernandes, 2005).

2.10 – O conceito de Desenvolvimento

O estudo da Cooperação para o Desenvolvimento impõe-nos uma, breve, incursão pelos conceitos de desenvolvimento, tendo em conta que é comumente assumido que as atividades de cooperação têm privilegiado a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, disponibilizando volumes de financiamento com o objetivo de "ajudar os países em desenvolvimento a recuperar do seu atraso"³⁰.

Monteiro (2009) considera que o principal objetivo para o estabelecimento da cooperação foi o de promover o desenvolvimento. Contudo, as alterações da conjuntura internacional levaram ao aparecimento de outros interesses de política externa na conceção da APD, nomeadamente, os interesses de segurança nacional, interesses políticos, económicos e comerciais, e/ou de investimentos dos países doadores.

Segundo o mesmo autor, a procura de benefícios comerciais acabou mesmo por prevalecer sobre qualquer outra motivação e os planos de ajuda foram concebidos para favorecerem o

²⁹ Referencia aos ataques terroristas às Torres Gémeas em Nova Iorque

³⁰ http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/development_cooperation_pt.pdf (consultado em 25/03/2016 às 00:40)

controle do mercado, para promoverem a exportação ou para criar um clima financeiro favorável ao investimento. Neste contexto, explica Monteiro, a cooperação perde o seu valor altruísta porque passa a ser “marcada pela defesa dos interesses políticos e económicos dos países doadores”.

Reis (2010) considera que o conceito de desenvolvimento começa por se identificar com o de crescimento económico e a economia do desenvolvimento é a disciplina que se dedica ao estudo e à descoberta de caminhos desse crescimento. Este é entendido como o aumento do produto *per-capita* considerado como condição para o aumento do bem-estar.

Segundo Reis (2010) o debate sobre o desenvolvimento, entendido como crescimento, é feito por três importantes escolas: a escola da modernização³¹, a escola da dependência³² e a escola do sistema mundo³³.

Para este autor, esta discussão do conceito de desenvolvimento é enriquecida pela introdução e debate de novos conceitos dos quais se destacam o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento comunitário, o desenvolvimento local, o desenvolvimento participativo e o desenvolvimento humano (Reis, 2010).

Reis (2010) apresenta o desenvolvimento como “uma melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência”.

³¹ Para a Escola da Modernização o investimento em atividades modernas permitia aumentar a produtividade e estender esse aumento a todos os sectores, pelo que o investimento internacional permitiria um mais rápido acesso a recursos financeiros e tecnológicos (Reis, 2010).

³² Para a Escola da Dependência, de raiz Marxista, o investimento internacional reforçaria a dependência comercial, tecnológica, financeira e política dos países em desenvolvimento, pelo que, as consequências desse investimento não eram apenas económicas mas, sobretudo, políticas, produzindo efeitos nas relações de poder entre países (Reis, 2010).

³³ Para a Escola do Sistema Mundo as dinâmicas do investimento internacional dependiam dos fatores de atração desse investimento, nomeadamente, os que reforçavam o poder e o valor das empresas transnacionais. A posição de cada país no centro, semiperiferia e periferia dependia do valor e poder dos segmentos ou filiais na cadeia de valor internacional e estes, dos recursos e do ascendente dos atores nacionais no mercado mundial (Reis, 2010).

O êxito das políticas keynesianas³⁴ nas economias de mercado da Europa e dos EUA, em que o Estado desempenha um papel preponderante, faz acreditar que o desenvolvimento se possa atingir nos países em desenvolvimento através do investimento modernizador (Reis, 2010).

³⁴ Conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida económica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

CAPÍTULO III – METODOLOGIA

Na realização deste trabalho optou-se pela utilização dos métodos quantitativo e qualitativo.

Começou-se pela pesquisa e leitura de várias publicações em livro, artigos e *sites* ligados à problemática das Relações Internacionais e da Cooperação.

Em termos quantitativos, procurou-se elaborar um trabalho rico em dados e isso foi possível com a recolha dos resultados disponíveis em relatórios, publicações e estatísticas divulgadas pela Associação dos Municípios de Santo Antão (AMSA), sobretudo, nos Planos de Desenvolvimento de Santo Antão (PDSA).

Neste particular, sentiu-se alguma falta de uma cultura de recolha e compilação de dados, por parte de vários serviços em todo o país, nos anos de referência neste estudo, e esse foi o grande constrangimento com que se deparou na realização deste trabalho. Daí que se tenha recorrido, algumas vezes a dados referentes a anos próximos em vez dos dos anos de referência.

Optou-se, igualmente, por uma abordagem qualitativa, método que se conforma melhor com a investigação de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores.

Com essa opção procurou-se aprofundar a compreensão do fenómeno em estudo, nomeadamente, as ações dos dirigentes perante o atraso constatado no desenvolvimento da ilha, das necessidades identificadas, das ações dos municípios, seja individualmente ou em grupo (AMSA), interpretando-as segundo a perspectiva dos intervenientes nesse processo.

Assim, elaborou-se um guião de entrevista com que se pretendeu obter dados relevantes sobre o assunto em estudo, bem como descrições, tão detalhadas quanto possível, das preocupações dos entrevistados no ano de partida (1990) e o seu nível de satisfação, ou não, no ano de chegada (2000), bem como a sua visão sobre o percurso entre esses dois marcos.

Das três entrevistas, realizadas em Maio/Junho de 2016, duas foram feitas presencialmente e em ambiente de trabalho (gabinete) e gravadas com material de reportagem jornalística, mas a outra teve de ser feita via telefone e gravada, a partir dos estúdios da Rádio de Cabo Verde (RCV), na cidade do Mindelo, a forma encontrada para ultrapassar a dificuldade que seria uma deslocação à cidade da Praia para efetuar a entrevista, pessoalmente.

Entrevistaram-se os autarcas, em funções na ilha de Santo Antão no período em estudo (1990-2000), que integravam o Conselho Diretivo da AMSA enquanto instância de decisão política da priorização das ações, bem como o Coordenador do GTI, enquanto líder da equipa de técnicos encarregados dos estudos, elaboração e implementação técnica dos projetos.

Com essas entrevistas pretendeu-se confrontar os resultados a que se tinha chegado a partir dos dados disponíveis em relatórios, publicações e estatísticas e a elaboração do questionário teve em conta esses resultados que indicam que, em termos de desenvolvimento, a situação da ilha de Santo Antão, no ano 1990, “era má” devido à inexistência de infraestruturas importantes para o desenvolvimento da ilha bem como a sentida necessidade de um forte investimento na formação dos quadros em funções na ilha.

Para a análise das entrevistas confrontaram-se as respostas de todos os entrevistados acerca de cada uma das questões propostas.

CAPÍTULO IV – COOPERAÇÃO BILATERAL CABO VERDE – LUXEMBURGO

4.1 – Cabo Verde: A Cooperação e os Desafios do Desenvolvimento

Cabo Verde ascendeu à Independência a 05 de Julho de 1975, e os responsáveis de então cedo se deram conta que o país precisava do apoio da cooperação internacional para a sua subsistência e desenvolvimento.

Mesmo sem um quadro diplomático estável e com formação específica, o PAIGC viu-se obrigado a encetar uma forte “*maratona*” diplomática junto dos governos de vários países como forma de conseguir ajudas para o jovem país, Cabo Verde, que ascendia à Independência mas não dispunha de meios de sobrevivência para as suas populações (Lopes, 1996).

O primeiro-ministro de então, Pedro Verona Rodrigues Pires “convivia com o fantasma da fome” por entender que “era preciso evitar, a todo o custo, que alguém morresse de fome. Por outro lado era necessário convencer as pessoas que Cabo Verde independente era viável. Portanto, “tudo o que tínhamos de fazer era demonstrar isso, pelo que entramos em concorrência permanente com o colonialismo” (Lopes, 1996).

O arquipélago ascendia à independência com uma população estimada de 280 mil habitantes, uma economia “*completamente arruinada*”, cabendo ao sector terciário – comércio, serviços e privados – um predomínio absoluto, aparecendo o Estado como o principal empregador. A agricultura, essencialmente de sequeiro encontrava-se em crise face aos efeitos da seca que já se prolongava há oito anos, mantendo, mesmo assim 91 por cento da população ativa (cerca de 160 mil pessoas) sob sua dependência (Lopes, 1996).

Recorrer à cooperação internacional era a saída possível nesse momento, simultaneamente histórico e dramático, e os dirigentes de então desdobraram-se em várias equipas diplomáticas que saíram à procura de parceiros internacionais que pudessem apoiar o país no esforço inicial rumo ao desenvolvimento.

Tendo recebido apoio para luta armada por parte da União Soviética e outros países do Pacto de Varsóvia, e com uma diáspora significativa radicada nos países ocidentais (OTAN), Cabo Verde tinha de se manter entre esses dois blocos e sobreviver entre eles e com eles.

Os dirigentes de então tinham a consciência de que “Cabo Verde não estava sozinho no mundo e que, para sobreviver, necessitava do apoio dos países tidos como imperialistas ou neocolonialistas” razão porque “o PAIGC não podia ser um partido marxista-leninista e [...] nós tínhamos que ter uma política extremamente cautelosa” (Lopes, 1996).

Um dos alvos da “*ofensiva diplomática*”³⁵ do governo cabo-verdiano nos primórdios da independência, e até antes disso, foram os EUA, para onde foi enviado Pedro Pires, em Abril de 1975, à frente de uma delegação (Lopes, 1996).

Aristides Maria Pereira, primeiro Presidente da República, recorda que Washington terá sido um dos primeiros a colaborar para o arranque de Cabo Verde, considerando que “uma das contribuições mais significativas que recebemos logo no início foi da administração Ford que pôs à nossa disposição uma ajuda escalonada de três milhões de dólares” (Lopes, 1996).

Abílio Monteiro Duarte, ministro dos Negócios Estrangeiros do primeiro Governo de Cabo Verde independente, explicou que, com a independência, foi necessário introduzir alterações profundas no tradicional sistema de alianças do PAIGC, pois havia que fazer uma abertura para o relacionamento e cooperação com todos os países do mundo, nomeadamente com antigos aliados diretos de Portugal no processo de libertação de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. “Demos continuidade ao nosso relacionamento com os países escandinavos, estabelecemos relações frutuosas com os EUA, Alemanha, França, Espanha, Benelux e os restantes países europeus, o Brasil e também com a África” (Lopes, 1996).

Na sequência desse frutuoso relacionamento, a Holanda (que com a Bélgica e o Luxemburgo integrava o grupo Benelux) foi um dos primeiros países a concentrar a cooperação com Cabo Verde na ilha de Santo Antão, incidindo as suas ações nos sectores da “luta contra a pobreza e na ajuda de urgência, orientando-se para atividades que permitissem a sustentabilidade do

³⁵ Destaque do autor.

emprego ou financiando projetos que utilizavam alta intensidade de mão-de-obra (Cardoso, 2002)”³⁶.

4.2 – A Cooperação Bilateral direcionada para Santo Antão

Nos primeiros anos de país independente vários países doadores de Cabo Verde, no âmbito de acordos de cooperação bilateral, concentraram os seus financiamentos em projetos concretos na ilha de Santo Antão. Destaca-se a cooperação italiana, a cooperação holandesa e a cooperação luxemburguesa.

4.2.1 – A Cooperação Italiana³⁷

A cooperação italiana trabalhou em Santo Antão no período 1981/1986, e a sua ação centralizou-se no setor das obras públicas com a construção de, aproximadamente, 60 quilómetros de estrada, nos três concelhos da ilha, além do Nó Rodoviário da cidade da Ribeira Grande.

A construção das estradas “Ribeira Grande/Paul/Janela”, “Boca de Ambas-as-Ribeiras/Garça”, “Ponte Sul/Ribeira da Cruz”, “Ponte Sul/Tarrafal de Monte Trigo”³⁸ e o “Nó rodoviário”³⁹ da Ribeira Grande foram as obras construídas no âmbito desse projeto de cooperação, com a duração de cinco anos.

À cooperação italiana cabia o financiamento de equipamentos pesados (camiões, buldózers, compressores, equipamento perfurador para dinamitação de rochas), explosivos, ferramentas, pedras de calçada, cimento, ferro e madeiras, além de assistência técnica.

³⁶ Maria Manuela Cardoso, « A cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde nos anos 90. Cooperação bilateral e multilateral com a ilha de Santo Antão: A importância de planos integrados », *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], (<https://cea.revues.org/1094> - consultado em 26-03-2016, às 22:56)

³⁷ Devido à falta de documentação acerca deste projeto de cooperação teve-se que recorrer ao testemunho de técnicos que nele estiveram envolvidos.

³⁸ Chegou até Chã de Parede.

³⁹ Consistiu na construção dos muros de proteção da então “Vila” da Ribeira Grande, atual “cidade”. Hoje (2016) existe um “nó” real, por pontes, entre o centro da cidade e as ligações com o bairro do Tarrafal (acesso ao Paul) e o bairro da Penha de França (acesso à Ponta do Sol).

Essas obras foram construídas com recurso às Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra (FAIMO) e o salário desses trabalhadores era assumido pelo Estado de Cabo Verde.

4.2.2 – A Cooperação Holandesa

Embora se pretenda, neste trabalho, dedicar atenção especial à cooperação Luxemburguesa, torna-se imperioso fazer uma referência à cooperação holandesa tendo em conta o papel que essa cooperação teve, sobretudo, na organização das vontades, na ilha, à volta da Associação dos Municípios de Santo Antão que dispunha de uma estrutura técnica forte, o Gabinete Técnico Intermunicipal (GTI) encarregue de preparar todos os *dossiers* técnicos a serem submetidos aos financiadores, bem como de dar forma técnica aos Planos de Desenvolvimento da ilha.

Cardoso (2002) considera que a cooperação holandesa, na década de 90, “foi fundamental para a dinamização do desenvolvimento de Santo Antão” porque, conforme explica, impôs como condição do financiamento “a criação de capacidades internas e exigiu que os projetos financiados pela cooperação holandesa fizessem parte de um plano integrado de desenvolvimento regional”.

De facto, durante a segunda fase do SARDEP⁴⁰, em 1988, depois da sua avaliação, entendeu-se que a cooperação com a Holanda deveria evoluir para uma nova etapa, em que essa ajuda integrasse um plano regional global, em que os projetos fossem definidos endogenamente pelos poderes locais, visando o desenvolvimento da ilha, numa perspetiva de longo prazo e a sua gestão deveria, também, passar para uma entidade representativa do poder local (Cardoso, 2002).

Perante esta nova perspetiva, surgiu um novo programa, o PADESA⁴¹, que pretendeu ser um programa integrado e condicionado à priorização interna dos projetos, através das Câmaras Municipais (Cardoso, 2002).

⁴⁰ Santo Antão Rural Development Project

⁴¹ Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de Santo Antão

Assim, continua Cardoso (2002), em 1993 criou-se a Associação de Municípios de Santo Antão (AMSA) e o Gabinete Técnico Intermunicipal (GTI) que assumiram essa responsabilidade, sendo a elaboração do Plano de Desenvolvimento de Santo Antão (PDSA) para o período 1994-1997 a sua primeira grande tarefa.

A autora indica que os principais projetos financiados no âmbito deste programa foram vocacionados para o desenvolvimento humano das populações, nomeadamente com a criação de redes de distribuição de água potável e saneamento às zonas rurais, a criação e recuperação de centros de saúde, formação e reciclagem de professores, bem como centros de emprego e formação profissional⁴² (Cardoso, 2002).

Cardoso (2002) considera que esta forma de ajuda não foi fácil, “teve sucessos e retrocessos, mas, no fundamental, criou um dinamismo interno e uma estrutura organizacional que é difícil encontrar em grande parte dos países em desenvolvimento”.

4.2.3 – A Cooperação Luxemburguesa

O financiamento de projetos de desenvolvimento por parte do Luxemburgo, em Santo Antão, data de finais da década de 80, do século passado, com o financiamento da construção da sede da Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), uma organização de massas que, com a democratização do país passou a ter estatuto de Organização Não-Governamental (ONG) atuando no sector da promoção do empoderamento da mulher na sociedade cabo-verdiana.

Esse financiamento deu-se no âmbito da cooperação descentralizada já que foi feito por parte de uma organização da sociedade civil no Luxemburgo, com mediação de uma organização de cabo-verdianos naquele país do centro da Europa, denominada “*Les amis du Cap-Vert*”⁴³.

As primeiras intervenções do programa de cooperação bilateral (a partir de 1991) destinaram-se a melhorar as infraestruturas sanitárias de que o Hospital Regional João

⁴² Centro de Emprego da Ponta do Sol, Centro de Formação e Produção Artística da Ponta do Sol, Centro de Formação Profissional de Afonso Martinho

⁴³ Entrevista com António Santos, emigrante no Luxemburgo e um dos promotores da iniciativa.

Morais é um exemplo, a habitação social (construção e recuperação), as redes de água potável e saneamento nas zonas urbanas (financiamento multilateral com a União Europeia), eletrificação rural (financiamento quase total) e a educação, de que o Internato da Ribeira Grande, inaugurado em 1996, e o Complexo Escolar de Porto Novo, concluído em 2000/2001, não podem deixar de ser referidos (Cardoso, 2002).

4.3 – Apresentação da Ilha de Santo Antão

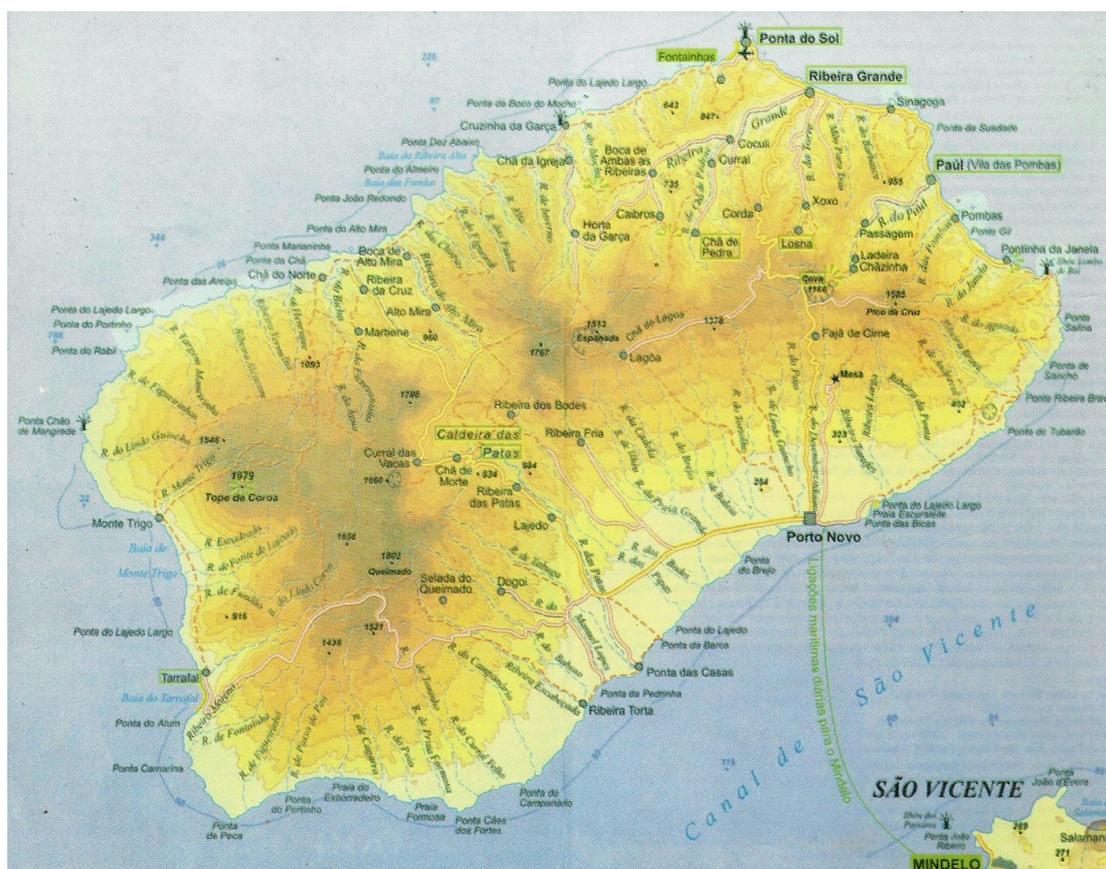


Fig. 1 – Mapa da ilha de Santo Antão

4.3.1 – Geografia e Morfologia

A ilha de Santo Antão está situada no extremo ocidental do arquipélago cabo-verdiano, no grupo das ilhas do Barlavento, sendo a segunda maior ilha da República de Cabo Verde, a mais setentrional e a mais montanhosa, com uma superfície de 779 km².

Morfologicamente, a ilha estrutura-se a partir de uma grande dorsal central que a percorre de Este a Oeste com altitudes superiores aos 1000 metros, situando-se a maior cota no Topo de Coroa com 1979 metros. Desta cordilheira central partem as grandes ribeiras que vão até a costa.

Estas ribeiras, impressionantes barrancos de bordos praticamente verticais, com paredes muito altos, são o resultado de escavações por uma intensa erosão hídrica ao longo das eras geológicas. O relevo da ilha de Santo Antão apresenta características próprias que a diferencia das restantes ilhas do país, sendo, por esse facto, conhecida como a “*ilha das montanhas*”⁴⁴.

Apresenta também um contraste paisagístico muito marcante oferecendo, a norte, belíssimas paisagens verdejantes, em contraste com a desértica aridez a sul da ilha. A beleza imponente dos vales descendo as ravinas nas montanhas em direção ao mar proporcionam panorâmicas de grande impacto e beleza (AMSA 1994).

4.3.2 – População

A ilha de Santo Antão conheceu, ao longo da sua história, flutuações demográficas importantes, que estão relacionadas com os fatores de natureza ambiental (secas prolongadas, fomes).

A evolução demográfica da ilha caracteriza-se por um crescimento inicial muito rápido e por uma relativa estagnação a partir dos anos 40 do século passado. Nessa década o seu crescimento inverte-se, chegando a perder 21 % da sua população, motivada pela fome que, por sua vez, era consequência da seca que assolava o arquipélago.

A partir de 1950 volta a crescer, embora com um ritmo inferior à média nacional, até 1970. Entre 1970 e 1980 a população volta a diminuir, situação inversa àquela que se registava no conjunto do país. Embora o crescimento tivesse diminuído o seu ritmo a população

⁴⁴ Destaque do autor.

continuava a aumentar como consequência de fatores, tais como, a diminuição da mortalidade e da emigração assim como da elevada taxa de natalidade.

Entre 1980 e 1990 verificou-se um novo crescimento (1,2%) embora inferior à média para o conjunto nacional (AMSA, 1994)⁴⁵. O quadro 01 ilustra a evolução da população da ilha nos 50 anos anteriores à implementação dos projetos de Cooperação Bilateral Cabo Verde – Holanda e Cabo Verde – Luxemburgo, nos anos 90 do século passado.

Quadro 01 – Evolução da população residente entre 1940 a 2000

ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Habitante	35.977	28.379	33.953	44.623	43.321	43.845	47.170

Fonte: Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-1990)

4.4 – Apresentação do Projeto

A Cooperação Bilateral Cabo Verde/Luxemburgo, localizada em Santo Antão, viria a concretizar-se na década de 90 do século passado, concretamente, a partir de 1991, numa altura em que “o diagnóstico da situação, nos diferentes sectores, mostrava que a ilha enfrentava um estado de pobreza aguda e uma situação social precária, principalmente resultante do forte desemprego estrutural e da estagnação da base produtiva para a maioria das populações (AMSA 1994)”⁴⁶.

A ilha de Santo Antão era, então, uma das mais atingidas pela situação de pobreza, com metade da população considerada pobre e um terço muito pobre, mas a ilha já dispunha de um Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e, por isso, não foi difícil à cooperação luxemburguesa orientar a sua ajuda, conforme refere Cardoso (2002).

⁴⁵ Atualmente, a população da ilha regista um crescimento negativo devido à perda de população a favor das ilhas mais turísticas do país, nomeadamente, as ilhas do Sal e da Boa Vista onde as oportunidades de emprego são maiores. O desemprego crescente e a inexistência de instituições de Ensino Superior em Santo Antão forçam os jovens a deixarem a ilha natal à procura de formação e conhecimento além dos necessários meios de subsistência. (Orlando Delgado, Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande – documento não publicado). Com efeito, dados do INE indicam que no ano 2000 Santo Antão tinha uma população de 47.170 habitantes e no ano 2010 a ilha tinha perdido 3.255 habitantes já que a população, nessa altura, era de 43.915 habitantes.

⁴⁶ ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÃO (AMSA) (1994), *Plano de Desenvolvimento de Santo. Antão (1994-97) TOMO II, Objetivos, Estratégias e Programas*, Santo Antão, Cabo Verde.

O envolvimento de nacionais, através da Associação dos Municípios de Santo Antão e do GTI na definição das prioridades de desenvolvimento da ilha, mediante a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Regional foi uma “marca” da Cooperação Luxemburguesa, implementada pela Agência de Cooperação “Lux Development, SA”.

Essa cooperação arrancou em 1991 com um envelope financeiro que não ultrapassava 15 mil francos luxemburgueses (LUF), aproximadamente 37 mil contos, teve um aumento exponencial vindo a atingir o seu auge no ano 2000 com uma carteira de obras cujo valor ultrapassava os 300 mil LUF, equivalente a cerca de 720 mil contos.

A tal evolução não é alheia a seriedade e parceria que este parceiro de desenvolvimento encontrou nas autoridades locais, nomeadamente na Associação dos Municípios de Santo Antão e no seu Gabinete Técnico Intermunicipal (AMSA, 2009)⁴⁷. Várias são as áreas beneficiadas durante esse período, das quais se destaca:⁴⁸

- **Sector da Educação;**
- **Sector da Saúde;**
- Abastecimento de água e Saneamento;
- **Eletrificação rural;**
- Apoio ao sector da habitação;
- Desenvolvimento do Turismo;
- Promoção do sector Caprino;
- Formação profissional;

Entre 1993 e 2000, o volume de investimento acumulado, com fonte na Cooperação Luxemburguesa ultrapassava já, 1,5 bilhões de LUF. À ilha de Santo Antão, em função da política e da estratégia consignadas em acordo bilateral, foram destinados 54% desse valor que, em termos absolutos, ascende a 962,5 milhões de LUF, aproximadamente 2,4 milhões de contos.

⁴⁷ Relatório da AMSA 2004/2008, publicado em Março de 2009.

⁴⁸ Os destaques são do autor, para sublinhar as áreas a que este estudo se refere.

De entre as várias áreas que beneficiaram Santo Antão no âmbito da Cooperação Luxemburguesa optou-se por estudar, neste trabalho, os sectores da Eletrificação Rural, da Saúde e da Educação⁴⁹.

4.5 – Diagnóstico da Situação em Finais dos Anos 80

4.5.1 - Setor da Eletrificação Rural

4.5.1.1 – Antecedentes

A primeira experiência de produção pública de energia elétrica na Vila da Ribeira Grande remonta a 1959, existindo, também, nessa altura, outra experiência na Vila da Ponta do Sol. A atual central elétrica da Ribeira Grande⁵⁰ começou a funcionar em Junho de 1970 com dois grupos geradores de 110 KVA cada.

Em Junho de 1990 a Vila da Ponta do Sol passou a ser alimentada a partir da central da Ribeira Grande que, nessa altura, contava com uma potência instalada de 420 KVA pelo que, nessa altura, foi desativada a central da Ponta do Sol.

No Paul, a central elétrica começou a funcionar em Julho de 1987 alimentando, inicialmente, as localidades da Vila das Pombas, Paul de Baixo, Paço, Vicente e Eito. Nessa altura, a central estava equipada com dois grupos de 50 KVA cada.

A central elétrica do Porto Novo começou a funcionar em Novembro de 1979 tendo então, como potencia instalada, dois grupos de 100 KVA cada e, em Julho de 1987, instalou-se um novo grupo de 200 KVA. O desenvolvimento da Vila do Porto Novo acabou por absorver a

⁴⁹A escolha dessas três áreas tem a ver com o facto de a satisfação das necessidades da ilha de Santo Antão nesses sectores ter melhorado consideravelmente, no período considerado, passando de 15% para 93% na cobertura energética, na melhoria dos serviços de Saúde seja em termos quantitativos como qualitativos (veja-se a construção do novo hospital regional e a evolução do quadro de pessoal de Saúde na ilha bem como os indicadores de saúde como é o caso da melhoria da TMI), o mesmo acontecendo com o sector da Educação cujos dados apontam várias melhorias. Por outro lado foram os sectores que as autoridades locais consideraram prioritárias e, segundo Cardoso (2002), foram dos primeiros sectores a serem beneficiados com financiamentos da cooperação luxemburguesa em Santo Antão.

⁵⁰Essa Central foi desativada este ano, com a entrada em funcionamento da Central Única que serve toda a ilha de Santo Antão (nota do autor)

central no seu interior, de tal forma, que se mostrou necessária uma nova localização para a central.

O projeto de Eletrificação Rural de Santo Antão foi um projeto cujo objetivo global era o de contribuir para a criação das infraestruturas básicas visando o crescimento económico sustentado de toda a ilha. O projeto teve início em 1994 altura em que a ilha apresentava uma taxa de eletrificação de 15% resumindo-se, essencialmente, na iluminação dos quatro centros urbanos da ilha, teve o seu término em 2001 com uma taxa de eletrificação rural de 93% e foi, sem dúvida, o projeto de maior impacto socioeconómico financiado pela cooperação luxemburguesa, em Santo Antão (AMSA, 2009).

O relatório da AMSA (2009) indica que nessa altura Santo Antão apresentava “...a maior taxa de eletrificação rural do País, graças à visão e à existência de um Poder Local com capacidade de planificação e de mobilização de meios financeiros para a execução dos Planos”.

4.5.1.2 – Diagnóstico inicial nos anos 90

O diagnóstico da situação energética inicial, parte integrante do primeiro Plano Regional de Desenvolvimento de Santo Antão⁵¹ indicava que “... a produção e distribuição de energia elétrica, nos principais centros urbanos, era feita através dos municípios⁵² e, além dos constrangimentos relativos à (fraca) potência instalada e à (deficiente capacidade de) manutenção, outros problemas afetam, igualmente o sector, nomeadamente a inexistência de um registo adequado do consumo, uma fiscalização deficiente e tarifas que não correspondiam aos custos reais. Outros problemas, não menos importantes, referem-se à qualidade dos recursos humanos, tornando-se assim, necessário dar maior atenção à formação (AMSA 1994)”.

⁵¹ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÃO (AMSA) (1994), *Plano de Desenvolvimento de Santo Antão (1994-97) TOMO I, Diagnóstico da situação atual*, Santo Antão, Cabo Verde.

⁵² A produção e distribuição de energia passou para a Electra a 01 de Janeiro do ano 2000

A energia elétrica estava concentrada apenas nas vilas da Ribeira Grande, da Ponta do Sol, das Pombas e do Porto Novo, representando 15% da população da ilha, pelo que as populações das zonas rurais (cerca de 85% da população) não tinham acesso à eletricidade.

No Porto Novo a central elétrica que, nessa altura, servia a vila era equipada com três geradores, sendo dois de 100 KVA e um de 200 KVA e fornecia energia 24 horas por dia. Em termos de consumo de energia elétrica, durante os anos de 1992 e 1993 houve um consumo privado na ordem dos 573,229 KW/H e dos 552,634 KW/H, respetivamente, enquanto a iluminação pública absorveu 43,563 KW/H e 39,188 KW/H, respetivamente.

O quadro de pessoal era composto por dois eletricistas com formação, um mecânico sem formação e dois auxiliares. Tendo em conta o tempo de funcionamento da central, verificou-se que o pessoal existente era insuficiente para dar resposta às solicitações dos utentes, tornando-se urgente o recrutamento de uma nova dotação, para melhorar a organização dos trabalhos.

As receitas e despesas provenientes da exploração da central aumentaram consideravelmente nos anos antecedentes mas mesmo com o aumento das receitas o resultado continuava a apresentar um saldo negativo. O preço por KW/H variava e era estipulado de acordo com o consumo⁵³.

O concelho da Ribeira Grande dispunha de uma central que fornecia energia às então vilas da Ribeira Grande e da Ponta do Sol, equipada com três geradores, sendo dois de 110 KVA e o terceiro de 200 KVA, totalizando uma potência instalada de 420 KVA. Contudo, os dois geradores de 110 KVA só conseguiam atingir uma capacidade de 60 KVA cada, pelo que, a capacidade instalada não satisfazia as necessidades, tendo em conta as solicitações da população.

O quadro de pessoal era insuficiente para um desempenho efetivo das tarefas, necessitando de novos funcionários já que era composto apenas por:

- Um operador de máquina qualificado;

⁵³ Acima dos 100KW/H o preço era de 30\$/H e abaixo desse limite pagava-se 26\$/H.

- Três operadores semiqualeificados;
- Um técnico profissional;
- Quatro auxiliares de consumo;
- Dois ajudantes de serviços gerais.

As receitas e despesas aumentaram consideravelmente mas o saldo continuava negativo. As tarifas não sofreram muitas alterações no decorrer dos anos. Em 1990 e 1991 o preço por KW era de 15\$00 e em 1992/93 aumentou para 17\$00. O custo mensal de combustíveis e lubrificantes rondava os 400 contos mensais.

No concelho do Paul a central elétrica local dispunha de dois grupos geradores de 50 KVA trabalhando alternadamente. De 1992 a 1993 verificou-se um aumento significativo do consumo de energia, seja no tocante a particulares seja na iluminação pública. Tendo em conta o elevado número de solicitações a capacidade existente não era suficiente razão porque se mostrava necessário aumentar a potência instalada possibilitando assim o funcionamento dos grupos em paralelo. Aliada à insuficiência da capacidade instalada havia, ainda o problema da falta de espaço.

O quadro de pessoal era composto por dois eletricitas com formação, um auxiliar com formação prática, um operador e um ajudante de eletricidade.

As receitas e as despesas provenientes da exploração da central aumentaram consideravelmente mas o resultado da exploração continuou a apresentar um saldo negativo e as tarifas não sofreram alterações ao longo dos anos. Estas eram distribuídas por escalões sendo de 15\$/H até 70 KW/H e de 20\$/H a partir de 70 KW/H.

O quadro a seguir demonstra a evolução do consumo de particulares e da iluminação pública nos anos 1992/93⁵⁴.

⁵⁴ Anos de referência adotados pela AMSA para a realização dos estudos que antecederam o arranque dos projetos de Eletrificação Rural de Santo Antão.

Quadro 02 – Evolução do Consumo de energia elétrica

ANO	RIBEIRA GRANDE		PAUL		PORTO NOVO	
	Particulares	Iluminação Publica	Particulares	Iluminação Publica	Particulares	Iluminação Publica
1992	617,125 KW/H	50,425 KW/H	81,653 KW/H	7,775 KW/H	573,229 KW/H	43,563 KW/H
1993	736,269 KW/H	61,914 KW/H	97,238 KW/H	8,423 KW/H	552,634 KW/H	39,188 KW/H

Fonte: AMSA - PDSA 1994-97, TOMO III, Vol. I, Fichas de projetos

4.5.1.3 – O Plano Energético de Santo Antão e outros projetos

Tendo em conta os diversos problemas que o sector energético enfrentava na ilha de Santo Antão e as perspectivas de desenvolvimento nas mais diversas áreas, que dependiam muito da energia, bem como a reivindicação social no sentido da eletrificação de novas localidades de modo a evitar o êxodo rural que já começava a fazer-se sentir, tornou-se necessária a elaboração de um plano energético para Santo Antão, que contou com um financiamento de 4.100 contos.

Esse projeto tinha como objetivo a identificação de alternativas de fontes energéticas para a ilha de Santo Antão e o levantamento de localidades que reunissem as condições para a eletrificação. Um engenheiro, um engenheiro-técnico e um economista encarregaram-se da elaboração do plano.

O projeto foi considerado viável porque, com a eletrificação, havia a expectativa de se aumentar a possibilidade de execução de projetos produtivos nas zonas rurais, nomeadamente, em atividades industriais e em atividades hidroagrícolas além de contribuir para o desenvolvimento do turismo.

Desse trabalho resultou a identificação de vários projetos de eletrificação cuja implementação resultou no “grande” projeto de eletrificação que mudou o rosto da ilha de Santo Antão que, dos 15 por cento de eletrificação no início da implementação do projeto, chegou aos 93 por cento em 2001.

Além da *Elaboração do Plano Energético de Santo Antão*, que contou com um financiamento de 4.100 contos, foram elaborados os seguintes projetos:

- ***Ampliação da Central Elétrica do Paul***, financiado em 1.500 contos, que, além de resolver o problema do espaço insuficiente, previa, igualmente, a aquisição de um novo grupo gerador;
- ***Nova rede para a Vila da Ribeira Grande***, financiado em 54.000 contos, para resolver vários problemas, essencialmente, ligados à rede existente que vinha provocando perdas elevadas, decorrentes do estado de conservação dessa rede, que datava de 1974 e que, por isso, já necessitava de substituição. A viabilidade desse projeto era justificada com o facto de essa nova rede reduzir a zero as perdas, contribuindo assim para o aumento de receitas para o Município;
- ***Nova rede para a Vila do Porto Novo***, financiado em 80.000 contos para resolver, não só, os problemas ligados à rede existente mas também para estender a rede a outros bairros e zonas urbanas da vila que até então não tinham acesso à energia elétrica devido à situação precária da rede. O projeto foi considerado viável porque reduziria as perdas a zero, com o conseqüente aumento das receitas para o Município.
- ***Reforço da potência das Centrais***, financiado em 15.000 contos, porque o fornecimento de eletricidade na ilha de Santo Antão não atingia o grau de satisfação exigido, em parte, devido às potências instaladas que não conseguiam dar respostas ao aumento do consumo e, em parte, por falta de materiais.
- ***Eletrificação da Ribeira da Cruz***, financiado em 7.900 contos. A povoação da Ribeira da Cruz, situada no concelho do Porto Novo, possuía uma população de, aproximadamente, 450 habitantes. Apesar de ser uma região plana, as habitações eram dispersas. Já possuía pequenas delegações dos serviços centrais do concelho. Como em outras localidades da ilha, o êxodo rural fazia-se sentir, contribuindo para a estagnação do crescimento socioeconómico da localidade.
- ***Eletrificação do Tarrafal de Monte Trigo***, financiado em 15.500 contos. Não existia, até então, nenhum sistema público de produção de energia em Tarrafal nem nas proximidades. No entanto, uma ou outra pequena unidade portátil podia ser encontrada nas residências de algumas famílias, facto que foi considerado demonstração da sensibilidade da população para as necessidades de utilização da energia elétrica. Por outro lado, sendo uma localidade em que a pesca era uma das principais ocupações da população local, o advento da energia elétrica seria

potenciador da melhoria na conservação do pescado e, conseqüentemente, do aumento de rendimentos para as famílias locais;

- ***Eletrificação de Ribeira das Patas-Lagedos***, financiado em 31.800 contos. As localidades de Ribeira das Patas e Lagedos, no concelho do Porto Novo, tinham uma população de aproximadamente 2.500 habitantes. A agricultura era, e continua a ser, a principal atividade da maior parte da população, apesar das dificuldades em recursos hídricos. Possuíam boas condições para o desenvolvimento de pequenas unidades agropecuárias com recurso a equipamentos que exigem a utilização de energia elétrica;
- ***Eletrificação da localidade de Alto Mira***, financiado em 15.300 contos para servir uma população de, aproximadamente, 1.600 habitantes. A localidade apresentava alguma potencialidade agrícola, sendo um dos vales mais favorecido em recursos hídricos no concelho do Porto Novo. Daí o objetivo de serem criadas infraestruturas de base, de modo a facilitar a fixação da população e a eletrificação era vista como um dos passos importantes que iriam permitir o desenvolvimento de atividades geradoras de emprego e rendimento.
- ***Eletrificação da localidade de Chã de Pedras***, no concelho da Ribeira Grande, financiado em 11.340 contos, para servir uma população estimada em 1.579 habitantes que viviam, essencialmente, da agricultura que apresentava potencialidades para a atividade hidroagrícola. Por isso, propôs-se a eletrificação dessa localidade, com vista à criação de infraestruturas que potenciem a fixação da população.
- ***Eletrificação de Chã de Igreja – Vale da Garça***, no concelho da Ribeira Grande, financiado em 17.850 contos, para servir uma população de 3.135 habitantes. A agricultura é a principal atividade da principal da população. Como em outras localidades da ilha, os efeitos do êxodo rural faziam-se sentir, nessa altura, contribuindo para a estagnação do crescimento socioeconómico da localidade. Por isso considerava-se que a eletrificação iria aumentar a possibilidade de execução de projetos produtivos nas áreas de indústrias e atividades hidroagrícolas, bem como contribuir para o desenvolvimento do turismo.
- ***Eletrificação das localidades de Coculi – Figueiral – João Afonso***, no concelho da Ribeira Grande, financiado em 26.350 contos. Essas três localidades possuíam uma população de, aproximadamente, 1.945 habitantes e o surgimento de uma pequena

indústria (mesmo artesanal) e outras atividades de cariz socioeconómico (turismo, por exemplo) implicava um mínimo de infraestruturização de que a energia era um fator importante.

- ***Eletrificação de Boca de Coruja – Boca de Ambas-as-Ribeiras – Caibros***, financiado em 35.000 contos. A ideia era que a inserção de toda a população do concelho da Ribeira Grande na vida socioeconómica passava, necessariamente, pela criação de condições para a instalação de infraestruturas, pelo que, a eletrificação dessas localidades revestia-se de grande importância para o desenvolvimento do concelho.
- ***Eletrificação da localidade de Mão para Trás***, financiado em 5.500 contos. A política da Câmara Municipal da Ribeira Grande, para o sector da eletricidade, era no sentido de criar as condições para a melhoria da qualidade de vida e fixação das populações nas respetivas localidades, razão porque, conforme defendeu na ocasião, esse projeto enquadrava-se na estratégia definida para o sector, com vista à extensão da eletrificação às zonas rurais.
- ***Eletrificação dos vales da Ribeira Grande e da Ribeira da Torre***, financiado em 60 mil contos. A eletrificação desses dois vales foi considerada viável na medida em que iria contribuir para a criação de indústrias artesanais e atividades hidroagrícolas, para além de contribuir para o desenvolvimento do turismo.
- ***Eletrificação do Vale do Paul e Janela***, financiado em 100 mil contos para servir uma população de, aproximadamente, seis mil habitantes. No vale do Paul, a agricultura é a principal atividade da maior parte da população, sendo um dos vales do concelho mais favorecido em recursos hídricos. Em relação à Janela, a ocupação da população residente é essencialmente a pesca. Com a criação de estruturas para a produção e distribuição de energia poderia melhorar a capacidade de conservação de produtos e melhorar o nível de vida da população.
- ***Construção da Nova Central do Porto Novo***, financiado em 15.000 contos, foi pensado para suportar as melhorias que se pretendia introduzir na produção e distribuição de energia na então Vila do Porto Novo, além de trazer outros benefícios para o município.

O setor energético na ilha de Santo Antão conheceu, nos anos 1990, uma grande evolução, conforme já se referiu no início, ou seja, dos iniciais 15 por cento passou-se para 93 por cento de cobertura energética em toda a ilha, no ano 2001.

4.5.2 – Setor da Saúde

4.5.2.1. – Diagnóstico inicial

As características geomorfológicas da ilha de Santo Antão ditaram uma fixação dispersa da população e a conseqüente existência de inúmeros povoados, alguns de difícil acesso, facto que condicionava a existência de uma boa e equitativa cobertura sanitária da população (AMSA, 1994).

Após a independência do país, em 1975, “grandes esforços foram feitos no sentido de aumentar a cobertura sanitária de modo a melhorar o atendimento aos doentes e a descentralização mais periférica dos cuidados de saúde” e, em 1994, por altura da elaboração do primeiro PDSA, já se verificava que vários indicadores de saúde tinham evoluído positivamente.

Santo Antão estava administrativamente dividida em três Delegacias de Saúde que abrangiam os três concelhos da ilha⁵⁵:

- A *Delegacia de Saúde da Ribeira Grande* cobria o concelho do mesmo nome, era o mais populoso da ilha, com uma densidade populacional de mais de 125 hab./km²;
- A *Delegacia de Saúde do Paul* cobria o concelho do Paul, com uma densidade populacional de 147 hab./km²;

A *Delegacia de Saúde do Porto Novo* cobria o concelho do Porto Novo, que é o mais extenso da ilha e com a menor densidade populacional – 27 hab./km².

4.5.2.2 – Infraestruturas

Em 1994 a ilha de Santo Antão era servida pelas seguintes unidades sanitárias (US), distribuídas por concelho:

⁵⁵ Destaques do autor.

Quadro 03 – Distribuição das Unidades Sanitárias por concelho (1994)

Tipo de U.S.	Concelho			TOTAL
	Ribeira Grande	Porto Novo	Paul	
Hospital Regional	1	-	-	1
Centro de Saúde (Delegacia)	-	1	1	2
Unidade PMI-PF/PAV	1	1	1	3
Posto Sanitário	3	2	1	6
USB	7	9	3	19

Fonte: AMSA - PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação

As **Unidades Sanitárias de Base (USB)** constituem a base de oferecimento mais periférico dos cuidados de saúde. São as menos diferenciadas em equipamento e pessoal e também as mais numerosas. Constituem a base de uma pirâmide de prestação de cuidados de primários de saúde⁵⁶ (CPS) a pequenas comunidades. Dependem, operacionalmente, do hospital regional, dos centros de saúde com sede nas delegacias de saúde ou do posto sanitário mais próximo.

Os **Postos Sanitários** estão ainda, na sua maioria, a executar atividades principalmente curativas. Estavam destinados a servir uma população mais vasta do que a abrangida pelas USB e a prestar serviços de um nível superior, sendo, por isso, mais diferenciados em equipamento e pessoal. Deviam ser capazes de executar atividades preventivas e promocionais, caminhando para a diferenciação em centros de saúde periféricos capazes de oferecer um pacote mínimo de CPS à população da sua área e tendo as USB debaixo da sua coordenação e supervisão. Os Postos Sanitários dependiam, operacionalmente, dos Centros de Saúde ou do hospital regional na Ribeira Grande.

⁵⁶ Os *cuidados primários de saúde* são cuidados essenciais de saúde baseados em métodos e tecnologias práticas, cientificamente bem fundamentadas e socialmente aceitáveis, colocadas ao alcance universal de indivíduos e famílias da comunidade, mediante sua plena participação e a um custo que a comunidade e o país podem manter em cada fase de seu desenvolvimento, no espírito de autoconfiança e autodeterminação. Fazem parte integrante tanto do sistema de saúde do país, do qual constituem a função central e o foco principal, quanto ao desenvolvimento social e económico global da comunidade.

Representam o primeiro nível de contacto dos indivíduos, da família e da comunidade com o sistema nacional de saúde pelo qual os cuidados de saúde são levados o mais proximamente possível aos lugares onde pessoas vivem e trabalham, e constituem o primeiro elemento de um continuado processo de assistência à saúde.

Os **Centros de Saúde** do Paul e do Porto Novo e o **Hospital Regional** na Ribeira Grande eram as US mais diferenciadas⁵⁷ da ilha de Santo Antão constituindo o vértice da pirâmide de prestação de cuidados de Saúde nos seus respetivos concelhos.



Fig. 2 – Antigo hospital da Ribeira Grande, constituída por dois edifícios, rés-do-chão, tipo galpão,

O **Centro de Saúde do Porto Novo** e o **Centro de Saúde do Paul** funcionam como unidades de internamento nas especialidades de medicina, pediatria e maternidade, o do Porto Novo com uma capacidade de 27 camas e o do Paul com uma capacidade de 22 camas.

As suas atividades foram agrupadas em:

- Curativas de 1.º escalão – para uma população aproximada de cinco mil habitantes no Porto Novo e de 3.200 habitantes no Paul;
- Curativas de referência – para as estruturas do interior dos concelhos;

⁵⁷ Os *cuidados de saúde diferenciados* integram as consultas externas de especialidade, intervenções cirúrgicas, internamento e serviços de urgência prestados à população de determinada área geográfica.

- Preventivas – saúde materno-infantil, pré-escolar e escolar, profilaxia das doenças evitáveis com centro fixo de vacinação, visitas domiciliárias e educação sanitária;
- Administrativas – supervisão dos Postos Sanitários e USB dos respetivos concelhos e registo de estatísticas.

O **Hospital Regional na Ribeira Grande** (Fig.2) tinha uma capacidade de 34 camas (medicina, pediatria e maternidade) e serviço de laboratório e radiologia. Este hospital não possuía serviços cirúrgicos, pelo que, alguns casos de rotina eram selecionados e operados por equipas cirúrgicas que se deslocavam, periodicamente, do Hospital Central de São Vicente. As urgências cirúrgicas (incluindo as obstétricas) eram todas evacuadas para o Hospital Central de São Vicente.

Não havia, nessa altura⁵⁸, nenhum Centro de Saúde no concelho da Ribeira Grande embora o hospital regional (ainda muito pouco diferenciado), funcionando conjuntamente com a Unidade de PMI-PF/PAV, oferecesse uma atividade equivalente à de um Centro de Saúde de Delegacia.

As **Unidades de PMI-PF/PAV**⁵⁹ operavam em estreita ligação com as Delegacias de Saúde da Ribeira Grande, do Paul e do Porto Novo, desenvolvendo um trabalho preventivo como postos fixos de cuidados de Saúde Materno-Infantil, vacinação às grávidas e às crianças e planeamento familiar, além de fazerem deslocações periódicas às zonas do interior dos concelhos.

4.5.2.3 – Pessoal

Nos primeiros anos da década de 90, do século passado, os serviços de saúde na ilha de Santo Antão enfrentavam uma grande penúria em termos de pessoal técnico de saúde. Havia *seis*⁶⁰ médicos em toda a ilha (três dos quais eram estrangeiros).

⁵⁸ 1994, por ocasião da elaboração do 1.º PDSA. Nessa altura, o novo Hospital Regional já estava em construção, financiado pela Cooperação Luxemburguesa, prevendo-se a sua entrada em funcionamento a partir de 1995, com quatro especialidades, nomeadamente, pediatria, medicina, cirurgia e ginecologia-obstetrícia. Pretendia-se que esse hospital viesse a ser o “Hospital de referência” da ilha, acabando, assim, com a referência direta de doentes dos três concelhos para o Hospital Central de São Vicente, como então acontecia (*AMSA – PDSA 1994-1997*).

⁵⁹ Proteção Materno-Infantil/Planeamento Familiar – Programa Alargado de Vacinação

⁶⁰ Destaque do autor.

Os seis **médicos** exerciam funções a nível do vértice da pirâmide de prestação de cuidados de saúde de cada concelho, ou seja, a nível das Delegacias de Saúde, onde exerciam funções de supervisão, coordenação e de chefia administrativa, e/ou a nível das U.S. mais diferenciadas dos seus respetivos concelhos.

Os **enfermeiros** exerciam as suas funções:

- A nível das US mais diferenciadas dos concelhos, juntamente com médicos, técnicos de meios complementares de diagnóstico (onde existiam), técnicos de farmácia e auxiliares de PMI-PF/PAV;
- A nível dos Postos Sanitários como único enfermeiro responsável da US, geralmente, acompanhado de um único Agente Sanitário sendo que, por vezes, trabalhava só.

Nessas condições, adianta o documento da AMSA, era naturalmente “difícil que uma equipa tão exígua” pudesse oferecer à população da sua área de saúde todas as atividades preventivas e promotoras dos CPS.

Os **Agentes Sanitários** estavam vocacionados para exercer as suas funções, principalmente, a nível das USB, onde trabalhavam como único elemento, exercendo uma polivalência de atividades muito simples do tipo curativo, preventivo e promocional, ao nível de pequenas comunidades. Alguns Agentes Sanitários exerciam funções nos Postos Sanitários, complementando o trabalho do enfermeiro.

Os **Auxiliares de PMI-PF/PAV** exerciam as suas funções a nível das respetivas Unidades de PMI-PF/PAV adstritas às Delegacias de Saúde e Centros de Saúde onde funcionavam postos fixos destas atividades e de onde saiam equipas móveis.

Os **Técnicos de Laboratório** exerciam funções no Hospital Regional da Ribeira Grande e no Centro de Saúde do Porto Novo que eram, então, as únicas US da ilha com laboratório de análises clínicas, e o único **Técnico de Radiologia** trabalhava no Hospital Regional que, do mesmo modo, era a única US da ilha com esse serviço.

Os **Técnicos de Farmácia** exerciam funções no Hospital Regional da Ribeira Grande e no Centro de Saúde do Porto Novo porque no concelho do Paul não havia pessoal qualificado para o efeito, pelo que esse trabalho estava, igualmente, a cargo dos enfermeiros.

Quadro 04 – Distribuição do pessoal técnico de Saúde, por tipo de US e por concelho (1994)

CATEGORIA	TIPO DE UNIDADE SANITÁRIA	CONCELHOS			SANTO ANTÃO
		R. ^a Grande	P. Novo	Paul	
MÉDICOS ⁶¹	Hospital Regional	3	-	-	3
	Centro de Saúde (Delegacia)	-	2	1	3
	Subtotal	3	2	1	6
ENFERMEIROS	Hospital Regional	4	-	-	4
	Centro Saúde	-	4	2	6
	Posto Sanitário	3	2	1	6
	PMI-PF/PAV	1	-	-	1
	Subtotal	8	6	3	17
AGENTES SANITÁRIOS	Hospital Regional	1	-	-	1
	Centro Saúde	3	-	1	4
	Posto Sanitário	7	10	3	20
	Subtotal	11	10	4	25
AUXILIARES PMI-PF/PAV	Unidades PMI-PF/PAV	3	3	1	7
	Subtotal	3	3	1	7
TÉCNICO MÉDIO LABORATÓRIO	Hospital Regional	1	-	-	1
	Centro Saúde	-	1	-	1
	Subtotal	1	1	-	2
TÉC. AUX. LABORATÓRIO	Hospital Regional	1	-	-	1
	Subtotal	1	-	-	1
TÉCNICO RADIOLOGIA	Hospital Regional	1	-	-	1
	Subtotal	1	-	-	1
TÉCNICO DE FARMÁCIA	Hospital Regional	2	-	-	2
	Centro Saúde	-	1	-	1
	Subtotal	2	1	-	3

Fonte: AMSA – PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação

Com este diagnóstico urgia adotar uma estratégia que, a médio prazo, garantisse o desenvolvimento do sector da Saúde, integrado na estratégia de desenvolvimento integrado da ilha de Santo Antão.

A estratégia de desenvolvimento do sector da Saúde, a médio prazo, defendida no PDSA (1994-1997, TOMO II, Objetivos, Estratégias e Programas) consistia em “assegurar e

⁶¹ Em cada concelho, um deles é, simultaneamente, Delegado de Saúde.

consolidar a prestação de CPS à população, devidamente enquadrada e apoiada por cuidados de Saúde mais diferenciados” (AMSA, 1994).

Para o efeito, a AMSA elaborou um Plano de Atividades que previa:

- Assegurar o funcionamento operacional do sistema de saúde na ilha e reconverter os (então) Postos Sanitários em Unidades Sanitárias de prestação de CPS;
- Consolidar a rede de infraestruturas sanitárias existentes e garantir o seu equipamento;
- Garantir a colocação e/ou formação e o enquadramento salarial dos recursos humanos necessários à formação das equipas de saúde que devem fazer funcionar a rede sanitária existente.

Para atingir esses objetivos, identificaram-se alguns projetos considerados necessários e prioritários, nomeadamente:

- ***Construção e equipamento do Hospital Regional de Santo Antão***⁶², financiado em 150 mil contos, como objetivo de “garantir a existência de um hospital de prestação de cuidados curativos diferenciados, como unidade de referência para todos os Centros de Saúde das Delegacias de Santo Antão;
- ***Construção da Unidade Sanitária de Base de Chã de Pedras***, financiado em cerca de 6.580 contos para garantir CPS à população local;
- ***Formação de pessoal paramédico para a ilha de Santo Antão***, financiado em 5.500 contos, para garantir os recursos humanos necessários à formação das equipas de saúde que devem fazer funcionar a rede sanitária existente para os CPS;
- ***Fortalecimento e aquisição de meios de transporte para o serviço de Saúde na ilha de Santo Antão***, financiado em 24 mil contos, como forma de “melhorar as condições de transporte de doentes acamados e garantir transporte rápido para a evacuação de doentes para cuidados hospitalares diferenciados;
- ***Ampliação e remodelação de algumas Unidades Sanitárias dos concelhos da Ribeira Grande e do Porto Novo***, financiado em 21.100 contos, para assegurar o funcionamento operacional do sistema de saúde na ilha e reconverter os Postos

⁶² O Hospital Regional de Santo Antão foi dedicado ao médico santantonense João Baptista de Morais e hoje é designado “Hospital Regional Dr. João Morais, de Santo Antão” (nota do autor)

Sanitários e algumas USB existentes em Centros de Saúde periféricos de prestação de CPS.

- ***Equipamento de algumas Unidades Sanitárias dos concelhos da Ribeira Grande e do Porto Novo***, financiado em 23.300 contos, para consolidar a rede de infraestruturas existentes e garantir o seu equipamento, nomeadamente os Centros de Saúde periféricos de Ponta do Sol, Chã de Igreja, Fajã de Matos e mais cinco UBS do concelho da Ribeira Grande, bem como os Centros de Saúde periféricos de Ribeira da Cruz, Tarrafal de Monte Trigo, Ribeira das Patas, Alto Mira e mais quatro USB no concelho do Porto Novo.

Com os investimentos inscritos no primeiro PDSA (1994-1997) e a consequente implementação dos projetos nele previstos, a ilha de Santo Antão conheceu melhorias no sector da saúde sendo que o diagnóstico da situação para a elaboração do II PDSA⁶³ já registou essa evolução conseguida até então.



Fig.3 – O Hospital Regional Dr. João Morais, de Santo Antão

⁶³ O II PDSA foi elaborado para o período 1998-2001 e editado em Janeiro de 1999.

4.5.2.4 – Evolução em Infraestrutura e Pessoal

No período de vigência do primeiro PDSA a ilha de Santo Antão registou uma evolução considerável em termos de infraestruturas sanitárias, conforme indica o quadro seguinte.

Quadro 05 - Distribuição das Unidades Sanitárias por concelho (1998)

Tipo de U.S.	Concelho						TOTAL	
	Ribeira Grande		Porto Novo		Paul		1994	1998
	1994	1998	1994	1998	1994	1998		
Hospital Regional	1	1	-	-	-	-	1	1
Centro de Saúde (Delegacia)	-	-	1	1	1	1	2	2
Unidade PMI-PF /PAV	1	1	1	1	1	1	3	3
Posto Sanitário	3	3	2	3	1	2	6	8
USB	7	8	9	10	3	4	19	22
TOTAL U.S.	12	13	13	15	6	8	31	36

Fonte: AMSA – II PDSA 1998-2001, TOMO I, diagnóstico da situação

O quadro indica que houve um crescimento da rede sanitária da ilha no período de 1994-1998 com o número de US (Hospital Regional, Centros de Saúde, Postos Sanitários, Unidades de PMI-PF/PAV e Unidades Sanitárias de Base) a aumentar de 31 para 36. De facto, nesse período de tempo, a ilha passou a contar com 01 Hospital Regional, 02 Centros de Saúde, 03 Unidades de PMI-PF/PAV, 08 Postos Sanitários e 22 Unidades Sanitárias de Base.

Embora o aumento possa não ser considerado significativo em termos de quantidade, o salto foi bastante acentuado em termos de qualidade, desde logo, devido à construção do novo Hospital Regional em substituição do antigo⁶⁴.

⁶⁴ O **Hospital Regional na Ribeira Grande** tinha uma capacidade de 34 camas (medicina, pediatria e maternidade) e serviço de laboratório e radiologia. Este hospital não possuía serviços cirúrgicos, pelo que, alguns casos de rotina eram seleccionados e operados por equipas cirúrgicas que se deslocavam, periodicamente, do Hospital Central de São Vicente. As urgências cirúrgicas (incluindo as obstétricas) eram todas evacuadas para o Hospital Central de São Vicente. Em termos físicos, o antigo hospital era composto por dois edifícios rés-do-chão (tipo galpão).

O número de médicos a exercer na ilha duplicou, passando de seis (1994) para 12 (1998), sendo sete clínicos gerais, um pediatra, um cirurgião, um ginecologista, um anestesiologista e um dentista. Na Ribeira Grande um dos médicos acumula as funções de Delegado de Saúde e de Diretor do Hospital e nos concelhos do Porto Novo e do Paul, um dos médicos aí colocados exercem a função de Delegado de Saúde.

O número de enfermeiros passou para 26, de Agentes Sanitários passou para 36, os Agentes de Unidades de PMI-PF/PAV passaram a ser 06, o número de Técnicos de Laboratório (médios e auxiliares) passou para 04, aumentou-se para 02 o número de Técnicos de Radiologia e contratou-se um Técnico em Higiene e Epidemiologia e um Técnico em Anestesia.

Essa evolução verificada tanto a nível da quantidade como da qualidade, seja das infraestruturas seja do pessoal técnico de saúde, espelhou-se numa melhoria da prestação de cuidados à população da ilha, facto que se espelha na melhoria de indicadores importantes, como é o caso, por exemplo, da taxa de mortalidade infantil (TMI)⁶⁵.

Com efeito, a TMI que era de 41 por mil em 1988⁶⁶ baixou para 33 por mil em 1998⁶⁷.

4.5.3 – Setor da Educação

4.5.3.1 – Diagnóstico inicial

No início dos anos 90 o Sistema de Ensino em Cabo Verde era composto de três níveis⁶⁸, nomeadamente, o Ensino Básico Elementar (EBE), o Ensino Básico Complementar (EBC) e o Ensino Secundário (ES).

⁶⁵ A Taxa de Mortalidade Infantil é um dos indicadores mais sensíveis do estado de saúde de uma população (AMSA – PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação)

⁶⁶ AMSA – PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação

⁶⁷ AMSA – II PDSA 1998-2001, TOMO I, diagnóstico da situação

⁶⁸ O ensino pré-primário, em Santo Antão, era assumido pelas Câmaras Municipais e por instituições não-governamentais, nomeadamente, o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (ICS), a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV), a Cruz Vermelha e o *BØRNEfonden*.

Em 1993/94 um total de 6.929 crianças estavam matriculadas no EBE e a deficiente rede física de escolas obrigava a um recurso crescente a salas alugadas e/ou cedidas, pelo que, “o esforço em construções escolares, nos centros urbanos, tornou-se necessário por causa da tentativa de reduzir o ‘ratio’ professor/aluno bem como a diminuição e extinção do regime de tresdobramento⁶⁹”.

Nesse mesmo ano letivo existiam cinco instalações do EBC na ilha de Santo Antão, com 2.009 alunos matriculados, e registando uma taxa média de crescimento anual de 11,6 % (AMSA) na década que antecede o período em estudo⁷⁰.

A partir do ano letivo 1994/95, com a implementação da Reforma do Sistema de Educação Geral, passou a funcionar o Ensino Básico Integrado (EBI), com a duração de seis anos obrigatórios. Pode-se dizer que o EBI resultou da fusão do EBE e do EBC embora, em termos curriculares, o EBI tenha implementado um currículo com características vocacionais, com a introdução de disciplinas práticas (expressões) ao lado das disciplinas puramente académicas.

Com o aumento da procura no EBC (depois EBI) foi necessário criar o Liceu na Ribeira Grande que abriu portas em 1989, com 227 alunos matriculados. No Porto Novo a Escola Secundária começou a funcionar no ano letivo 1992/93, como escola particular, embora sob responsabilidade da Câmara Municipal local.

4.5.4 – Ensino Básico Elementar

O EBE, em Santo Antão, era caracterizado por uma Taxa de Escolarização Bruta⁷¹ superior a 100%, acompanhando a tendência no País. As elevadas taxas brutas de escolarização (1982

⁶⁹ Regime em que, devido à insuficiência de professores para todas as turmas, os professores disponíveis tinham de lecionar em duas turmas (desdobramento) ou em três turmas (tresdobramento), por dia, com sacrifício do número de horas letivas normais.

⁷⁰ Anos letivos 1980/81 a 1993/94

⁷¹ Taxa Bruta de Escolarização representa o número de alunos matriculados dividido pelo número de crianças dentro de uma faixa etária (no caso do EBE são as crianças entre os 07 e os 10 anos de idade) (AMSA).

a 1990) resultavam, por um lado, do ingresso de efetivos com idade inferior a sete anos⁷² e, por outro lado, dos ingressos tardios⁷³.

As Taxas Líquidas de Escolarização⁷⁴ apresentavam uma tendência de aumento, o que significa que os alunos em idade escolar estavam matriculados, por um lado e, por outro, que existiam crianças em idade escolar que não frequentavam as escolas do EBE, essa percentagem era baixa, ou seja, 2,6% em 1988/89.

4.5.4.1 – Rede física

Em 1992 o sistema educativo na ilha de Santo Antão dispunha de 148 salas para o EBE para uma população escolar de 6.929 alunos, sendo 1.307 no Paul, 2.455 no Porto Novo e 3.167 na Ribeira Grande.

Quadro 06 – Salas do EBE (1993)

Concelho	Salas Estado	Salas Alugadas	Salas Cedidas	Total
Paul	16	2	5	23
Ribeira Grande	51	15	5	71
Porto Novo	41	1	12	54
Ilha	108	18	22	148

Fonte: AMSA – PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação

O PDSA concluiu que a situação de disponibilidade de salas de aulas na ilha era insuficiente, sobretudo tendo em conta a introdução do ensino obrigatório de seis anos (EBI) que, previsivelmente, iria provocar o aumento da população escolar e, conseqüentemente, a necessidade de mais salas de aula. Era preciso construir “mais umas 30 salas” para que todas as salas de aula fosse do Estado e a funcionar em dois períodos diários. Por outro lado era necessária uma intervenção em muitas outras salas já existentes e que se encontravam “em péssimas condições, precisando de reapetrechamento”.

⁷² Em 1988/89 foi de 135% (AMSA)

⁷³ Em 1988/89 foi de 144% (AMSA)

⁷⁴ Taxa Líquida de Escolarização representa o número de alunos matriculados da faixa etária dos 07 aos 10 anos dividido pelo número total de crianças na mesma faixa etária (AMSA).

Assim, a situação evoluiu, passando de 108 salas do Estado em 1993 para 221 no ano 2000, o número de salas alugadas diminuiu de 18 em 1993 para 07 no ano 2000 e o número de salas cedidas diminuiu de 22 em 1993 para 13 no ano 2000 (*ver quadro 07*).

Quadro 07 – Salas do EBI (2000)

Concelho	Salas Estado	Salas Alugadas	Salas Cedidas	Total
Paul	46	1	3	50
Ribeira Grande	98	1	4	103
Porto Novo	77	5	6	88
Ilha	221	7	13	241

Fonte: GEP do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Anuário da Educação ano letivo 2000/2001, Praia, Dezembro de 2002

4.5.4.2 – Corpo Docente

O reduzido número de professores diplomados era um dos constrangimentos mais marcantes no EBE, na ilha de Santo Antão, onde, em 1992/93, apenas 33,9% dos professores tinha formação específica e nesse número estão incluídos os professores que receberam formação em exercício.

Em 1990, dos 288 professores que lecionavam no Ensino Básico, na ilha de Santo Antão, apenas 36 tinham formação específica, verificando-se uma evolução considerável em 2000 altura em que o número de professores nesse nível de ensino aumentou para 412, dos quais 264 já tinham formação específica.

Quadro 08 – Número de professores do Ensino Básico em funções em Santo Antão

CONCELHO	PROFESSORES					
	1990			2000		
	Com form.	Sem form.	TOTAL	Com form.	Sem form.	TOTAL
PAUL	4	40	44	49	27	76
RIB. GRANDE	18	82	100	127	51	178
PORTO NOVO⁷⁵	14	130	144	88	70	158
TOTAL	36	252	288	264	148	412

Fonte: Serviços das Delegações do Ministério da Educação na ilha & GEP do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Anuário da Educação ano letivo 2000/2001, Praia, Dezembro de 2002.

⁷⁵ Os dados referentes ao concelho do Porto Novo, em relação ao ano 1990, eram insuficientes mas teve-se acesso aos totais. Com esses totais disponíveis mais os dados do Paul e da Ribeira Grande foi só fazer contas para encontrar os dados do Porto Novo.

Além da questão da formação, a motivação do professor era outro aspeto considerado muito importante para a qualidade do ensino e a isso não era estranho o nível salarial dos professores. Nesse período (anos 90) o Ministério da Educação reviu a escala salarial dos professores, registando-se um aumento salarial que, segundo a AMSA, “teve consequência positiva na motivação dos professores e na qualidade do processo ensino/aprendizagem.

4.5.4.3 – Rendimento Escolar

As taxas de passagem no EBE, em Santo Antão, eram, em média, 5% mais baixas do que no resto do país, resultado do nível de formação dos professores e da situação económica dos pais, com influência negativa no rendimento escolar.

Dados estatísticos citados no PDSA (1994/1997) indicam que o rendimento escolar melhorou no período 1982 a 1990, passando de 55% para 80,3%. No documento reconhece-se, ainda, que é difícil fazer referência à qualidade do processo ensino/aprendizagem na medida em que os dados estatísticos não explicam questões de natureza qualitativa em relação ao conteúdo do ensino.

De acordo com o PDSA as taxas de abandono escolar (da primeira à quarta classe) diminuíram consideravelmente, de 17% em 1978 para 1,2% em 1990, provavelmente, devido aos apoios socioeducativos desenvolvidos durante essa década (ICASE/Programa Alimentar Mundial) e da melhoria da rede de estradas na ilha.

4.5.5 - Ensino Básico Complementar

A ilha de Santo Antão registava um fraco grau de cobertura do EBC, resultante dos ingressos tardios, de elevadas taxas de repetência e das dificuldades de acesso às escolas, situadas nos centros urbanos e semiurbanos. Os dados divulgados pela AMSA registam um aumento do número de alunos matriculados no EBC que evoluiu de 274 alunos matriculados em 1975/76 para 2009 alunos em 1993/94 (AMSA, 1994).

Segundo a AMSA (1994), a evolução da taxa líquida de escolarização no EBC pode ser justificada:

- Pelo êxodo rural para os centros urbanos e semiurbanos;
- Pela desconcentração da rede escolar;
- Pela melhoria da rede de comunicações e transportes, e;
- Pela disponibilização de uma refeição quente para os alunos, nas escolas.

4.5.5.1 – Rede física

A rede física escolar, do EBC, evoluiu nos três concelhos passando de 12 salas para 15 turmas, no início da década de oitenta para 44 turmas em 28 salas, em 1994.

No ano 2000 já havia 241 salas para 312 turmas do EBI, em toda a ilha de Santo Antão.

4.5.5.2 – Corpo Docente

A implementação do curso de formação de professores do EBC, a partir de 1982, fez aumentar o número de diplomados para esse nível de ensino, seja com formação de raiz seja com formação em exercício, de modo a preparar os professores para a implementação das novas estratégias, nomeadamente, as que resultaram da introdução do EBI, em 1994.

A partir de 1988, o Programa de Renovação e Extensão do Ensino Básico (PREBA) organizou cursos intensivos de formação em exercício (FEPROF) para todos os professores do país, no sentido de capacitá-los para funcionarem, adequadamente, no sistema EBI. Para o efeito, o PREBA selecionou professores dos Institutos Pedagógicos, dos Liceus e do Curso de Formação de Professores para serem formados, em Portugal (Setúbal), como formadores.

Na primeira fase do FEPROF o programa consistia em 220 horas letivas de formação sendo:

- 60 horas em Matemática;
- 60 horas em Português;
- 40 horas em Ciências Integradas, e;
- 60 horas em Expressões.

A segunda fase visava preparar os professores para lecionarem a 5.^a e 6.^a classes do EBI e era direcionada para os professores habilitados com o curso de Magistério Primário permitindo-se, contudo, que outros professores, habilitados com, pelo menos, seis

disciplinas do 5.º ano (3.º ano do Curso Geral do liceu) e quatro anos de experiência, nela participassem.

A capacitação do corpo docente teve consequência positiva na evolução das taxas de aprovação e de repetência. O sucesso escolar a nível do EBC, em Santo Antão, evoluiu de uma taxa de aprovação de 38%, em 1984/85, para 76%, em 1990.

4.5.6 – Ensino Secundário

Em 1989/1990 o ensino secundário era ministrado apenas no Liceu da Ribeira Grande⁷⁶, hoje “Escola Secundária Suzete Delgado”. No Porto Novo funcionava uma Escola Secundária, não oficializada, sendo de referir, ainda, à Escola Paroquial, uma escola privada que oferecia ensino secundário aos alunos que, por alguma razão, não foram enquadrados no sistema oficial. Além desses, funcionava ainda, nas instalações do Liceu, um curso noturno do ensino secundário para trabalhadores.

O quadro seguinte mostra a evolução do efetivo de alunos matriculados no sistema oficial do ensino secundário em Santo Antão, nos anos 1989 a 1994.

Quadro 09 - Efetivos do Ensino Secundário em Santo Antão (1989 a 1994)

ANO LETIVO	ALUNOS			TOTAL
	1.º Ano do Curso Geral	2.º Ano do Curso Geral	3.º Ano do Curso Geral	
1989/1990	227	-	-	227
1990/1991	311	141	-	452
1991/1992	380	204	120	704
1992/1993	412	256	176	841
1993/1994	517	376	161	1.054

Fonte: AMSA – PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação

Do mesmo modo, o quadro seguinte mostra a evolução do efetivo de alunos matriculados no sistema oficial do ensino secundário em Santo Antão, nos anos letivos 1990/1991 e 2000/2001.

⁷⁶ O liceu da Ribeira Grande foi “batizado” com o nome “Escola Secundária Suzete Delgado” em homenagem à professora local Suzete Delgado, falecida no acidente de aviação ocorrido em Pedra Rachada, a 07 de Agosto de 1999, quando viajava a bordo do *Dornier* da Guarda Costeira, que fazia a ligação aérea Praia/Santo Antão a serviço da TACV.

Quadro 10 – Evolução dos Efetivos do Ensino Secundário em Santo Antão (1990 e 2000)

ANO LETIVO	ALUNOS						TOTAL
	CURSO GERAL			CURSO COMPLEMENTAR			
	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano		1.º Ano	2.º Ano	
1990/1991	311	141	-		-	-	452
REFORMA	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano	
2000/2001	1222	1010	667	701	286	268	4154

Fonte: AMSA – PDSA 1994-1997, TOMO I, diagnóstico da situação e GEP do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Anuário da Educação ano letivo 2000/2001, Praia, Dezembro de 2002

(*) Em 2000/2001 já tinha sido introduzida a reforma e o Ensino Secundário passou a ser do 7.º ao 12.º anos.

Em 1990 o Ensino Secundário funcionava apenas no concelho da Ribeira Grande com 16 professores, 08 dos quais com formação específica e outros tantos sem formação, registando-se uma acentuada evolução em 2000, com esse nível de ensino já a funcionar nos três concelhos da ilha, com um total de 174 professores, 91 dos quais com formação específica.

Quadro 11 – Número de professores do Ensino Secundário em funções em Santo Antão

CONCELHO	PROFESSORES					
	1990			2000		
	Com formação	Sem formação	TOTAL	Com formação	Sem formação	TOTAL
PAUL	(*)	(*)	(*)	11	15	26
RIBEIRA GRANDE	8	8	16	63	35	98
PORTO NOVO	(*)	(*)	(*)	17	33	50
TOTAL	8	8	16	91	83	174

Fonte: Serviços das Delegações do Ministério da Educação na ilha & GEP do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Anuário da Educação ano letivo 2000/2001, Praia, Dezembro de 2002.

(*) Em 1990 não havia Ensino Secundário no Paul nem no Porto Novo;

4.5.7 – Estratégia para a melhoria da qualidade do Ensino

Uma das exigências identificadas pelo governo de então, e assumida como estratégia a seguir, foi procurar melhorar o sistema educativo em Cabo Verde, por forma a garantir a elevação do nível de qualificação da população em geral e a conseqüente preparação para

enfrentar as exigências impostas pelo desenvolvimento, desde logo, o objetivo de disponibilizar “ensino para todos”.

Com o ensino de nível médio e superior fora das preocupações das autoridades santantonenses, o sector da Educação na ilha de Santo Antão focalizou a sua atenção na melhoria da qualidade do Ensino Básico Integrado e Secundário.

Assim, para responder ao objetivo de realizar “ensino para todos” e para assegurar a elevação do nível de qualificação da população, em geral, foi necessário trabalhar no sentido de aumentar a qualidade do ensino básico e garantir o acesso a esta forma de ensino para todas as crianças na faixa etária dos 07 aos 12 anos de idade.

Para atingir esses objetivos, identificaram-se alguns projetos considerados necessários e prioritários, nomeadamente:

- ***Reforço da capacidade institucional das delegações***, conferindo-lhes mais competências no acompanhamento dos professores no terreno e no apoio administrativo às escolas. Previa-se a aquisição de viaturas e materiais de escritório. O projeto estava orçado em 9.200 contos;
- ***Formação em exercício para professores não formados do EBI***, financiado em 8.780 contos, para melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem no EBI, em Santo Antão, com a formação de cerca de 120 professores;
- ***Formação inicial de professores do Ensino Básico***, financiado em 32.718 contos para permitir que, num período de seis anos, fossem formados 72 novos professores no Instituto Pedagógico do Mindelo;
- ***Reciclagem para professores do EBI***, financiado em 8.274 contos, previa a implementação de cursos de reciclagem para todos os professores do EBI (+/- 300), na ilha;
- ***Fornecimento de material escolar para alunos desfavorecidos do EBI***, financiado em 180 mil contos com o objetivo de criar as condições para que as crianças na faixa etária dos 7 aos 12 anos de idade pudessem obter o material escolar necessário para melhor acompanharem o processo ensino-aprendizagem nas escolas do EBI;

- ***Apetreçamento de salas de aulas***, projeto orçado em 15.220 contos para apetrechar seis salas de aulas no concelho do Paul, 18 no concelho do Porto Novo e 11 no concelho da Ribeira Grande;
- ***Construção de salas de aulas para o EBI***, orçado em 64 mil contos destinados à construção, em três anos, de seis salas de aulas no concelho do Paul, 15 no concelho do Porto Novo e 11 no concelho da Ribeira Grande.
- ***Apoio alimentar para alunos do EBI***, financiado em 149.760 contos para fornecer aos alunos do EBI uma refeição quente por dia;
- ***Manutenção das salas existentes***, financiado em 14.900 contos para aumentar e manter a capacidade da rede física do EBI;
- ***Acompanhamento de professores estagiários do Instituto Pedagógico***, financiado em 1.809 contos pra assegurar apoio profissional aos estagiários do IP, em Santo Antão;
- ***Consolidação do Ensino Secundário em Santo Antão***, financiado em 13.500 contos para o apetreçamento de salas de aula, a aquisição de materiais didáticos, a aquisição de equipamentos de laboratório, a reciclagem de professores do Ensino Secundário e a formação de novos professores do ES;
- ***Construção de um lar de estudantes na Ribeira Grande***, financiado em 125 mil contos, para albergar, em regime de permanência, as crianças das localidades mais afastadas;

Na elaboração do primeiro PDSA alguns projetos não foram considerados prioritários, na altura, mas integraram o elenco dos projetos eleitos no segundo PDSA. São os casos de:

- Construção e equipamento de um ***complexo escolar no Porto Novo*** que integrava a Escola Técnica do Porto Novo e o lar de estudantes daquela cidade. O projeto foi financiado num montante de 219 milhões de Francos Luxemburgueses⁷⁷ e tinha o propósito de “*contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos em Cabo Verde e melhorar o acesso ao ensino secundário técnico*”⁷⁸;
- ***Elaboração da Carta Escolar da ilha de Santo Antão*** financiado em 04 mil contos. Trata-se de um documento de planificação que tinha o objetivo principal de melhorar

⁷⁷ 40.3399LUF=1€, ou seja, 219.000.000LUF=5.428.881€ o que em dinheiro cabo-verdiano dá pouco mais de 600 mil contos (http://pt.coinmill.com/EUR_LUF.html#LUF=219000000).

⁷⁸ Tradução do autor, a partir de um documento do Lux Development, em francês.

a oferta educativa na ilha de Santo Antão, em termos de equipamentos e edifícios, a nível da educação pré-escolar, do ensino básico e do ensino secundário, em função da realidade geográfica e demográfica dos três concelhos da ilha.

CAPÍTULO V – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo trataram-se as entrevistas em que se confrontou três dos quatro principais mentores da preparação e implementação dos projetos de desenvolvimento na ilha de Santo Antão, no âmbito dos Planos de Desenvolvimento de Santo Antão (PDSA), essencialmente os financiados pela cooperação luxemburguesa e, concretamente, os que são objeto de estudo neste trabalho e no período em apreço.

Entrevistaram-se os então presidentes das Câmaras Municipais da ilha que integravam o Conselho Diretivo da Associação dos Municípios de Santo Antão, entidade de decisão política dos PDSA, a saber:

- Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande;
- Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo.

Com o então presidente da Câmara Municipal do Paul não foi possível chegar-se à fala devido a constrangimentos vários.

Entrevistou-se também o então Coordenador do Gabinete Técnico Intermunicipal que respondia pela parte da elaboração técnica dos PDSA e de implementação dos projetos.

Aos três entrevistados aplicou-se o seguinte questionário:

1. Qual era o estágio de desenvolvimento da ilha de Santo Antão por volta do ano 1990?
2. Em que áreas era mais sentida a falta de investimentos para o desenvolvimento?
3. O senhor acompanhou a evolução dos projetos financiados pela cooperação Luxemburguesa em Santo Antão. Considera que, 10 anos depois, em 2000, a situação era diferente? O que é que mudou?
4. Que sectores podem ser destacados como os que mais evoluíram nesse período? Porquê?
5. Em seu entender, em que sectores se aproveitou melhor os investimentos da cooperação luxemburguesa? Porquê?
6. De uma forma geral, em que medida o projeto da Cooperação Luxemburguesa terá contribuído para a melhoria do índice de desenvolvimento da ilha de Santo Antão nos anos 1990 a 2000?

A análise dessas entrevistas permitiu confrontar os resultados a que se tinha chegado a partir dos dados disponíveis em relatórios, publicações e estatísticas.

Com efeito, os entrevistados são unânimes em afirmar que a situação da ilha de Santo Antão, no ano 1990, era má embora tivesse havido, anteriormente, algum investimento financiado pela cooperação holandesa, essencialmente, na área da infraestruturação hidráulica.

“Em 1990 estava tudo por fazer em Santo Antão” e em termos de indicadores de desenvolvimento a ilha encontrava-se “no fundo do poço” e a prova disso é que indicadores como a **taxa de cobertura de energia elétrica**, era muito baixa e restringia-se aos centros urbanos, a **taxa de acesso à água potável**, também era muito baixa em termos de ligação domiciliária, nos centros urbanos, e inexistente, nos meios rurais.

A situação sanitária na ilha era “muito difícil” e os **indicadores de saúde** apresentavam os rácios mais baixos a nível do país devido à inexistência de infraestruturas (hospital, CS, USB) e de pessoal qualificado.

A nível da Educação a situação era idêntica com apenas o “embrião” do liceu a funcionar na Escola Central da vila da Ribeira Grande, a taxa de professores “formados”, nos diferentes níveis de ensino, era também muito baixa, a rede escolar, obsoleta, funcionava em salas alugadas e sem condições.

Santo Antão de 1990 era uma ilha que sobrevivia da agricultura sazonal, com culturas de sequeiro, e um pouco das Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-obra (FAIMO) que o governo abria para fazer frente aos períodos continuados de seca que assolavam o país. A ilha apresentava um dos índices de desenvolvimento mais baixos de Cabo Verde.

A necessidade de investimentos para o desenvolvimento da ilha era sentida em todas as áreas mas a infraestruturação pode ser particularizada, não só na área das acessibilidades, como do saneamento, da eletrificação, da saúde ou da educação.

Os sectores de desenvolvimento humano careciam, igualmente, de intensos e avultados investimentos que dotassem a ilha de infraestruturas sanitárias de intervenção diferenciada,

de formação de quadros técnicos necessários ao bom funcionamento de um melhor serviço de saúde que passava, igualmente, pela capacitação das “parteiras leigas”, entre outros.

A necessidade de uma rede física escolar que pusesse fim ao recurso às salas alugadas, a formação adequada para os professores dos diferentes níveis de ensino e a criação de mecanismos que facilitassem a mobilidade para potenciar o acesso das crianças à escola, era sentida no Santo Antão de 1990.

E também infraestruturas rodoviárias que desencravassem os vales onde se desenvolvia toda a economia da ilha, ligada, essencialmente, à agricultura.

Nos 10 anos que mediaram 1990 e 2000, os recursos da Cooperação Luxemburguesa beneficiaram grandemente a ilha de Santo Antão que, sob a “batuta” da Associação dos Municípios de Santo Antão, viu implementado um plano de desenvolvimento regional (PDSA).

O PDSA era um documento que integrava o diagnóstico da situação inicial e previa o desenvolvimento da ilha, sector-a-sector, cujos projetos eram negociados diretamente com a Lux-Development, com o aval do governo central, para se decidir quais os projetos que seriam implementados, prioritariamente, na ilha.

Os projetos de desenvolvimento da ilha foram implementados obedecendo a três grandes prioridades, nomeadamente:

- **O reforço da capacidade humana da ilha**, com uma aposta forte na educação (formação de professores dos diferentes níveis de ensino), na melhoria dos cuidados de saúde (com a formação de médicos, enfermeiros, técnicos de várias outras áreas da saúde, agentes sanitários e parteiras leigas) e no empoderamento das pessoas;
- **Organização institucional da ilha**, com a dotação, às Câmaras Municipais, de capacidade de decisão e de priorização das ações de desenvolvimento, e;
- **O lançamento dos projetos de infraestruturização da ilha**, com a construção de infraestruturas ligadas aos sectores da educação (o liceu da Ribeira Grande, o internato da Ribeira Grande, Complexo Educativo do Porto Novo, a criação de uma rede física escolar para o ensino básico), da saúde (o hospital regional Dr. João

Morais, os Centros de Saúde do Paul e do Porto Novo, Postos Sanitários e uma rede de USB), da eletrificação rural (com vista à fixação das pessoas nas suas localidades e a criação de condições para a investirem em actividades geradoras de rendimento) e das infraestruturas rodoviárias.

Assim, no ano 2000 a situação era “completamente diferente”, já eram sentidos os resultados dos dez anos de investimento e a ilha tinha sofrido uma “mudança radical” e dado um “salto qualitativo” em relação à situação vivida e diagnosticada em 1990, seja no que toca à formação de capacidade humana para impulsionar o desenvolvimento, em todos os sectores da vida das populações da ilha, seja com a infraestruturização (em todos os sectores com destaque para os sectores da Saúde, da Educação e da Eletrificação Rural).

Considera-se que, em todos os sectores, os financiamentos disponibilizados foram bem aproveitados porque a necessidade de dotar a ilha de tudo quanto lhe faltava para melhorar as condições de vida das suas populações a isso obrigava.

A Cooperação Luxemburguesa contribuiu significativamente para a melhoria do índice de desenvolvimento da ilha de Santo Antão nos anos 1990 a 2000, porquanto se assume que foram dez anos de um intenso desenvolvimento, em que “a ilha mudou radicalmente” e passou a ter resultados palpáveis com a evolução sofrida nos sectores da Educação, da Saúde e da Eletrificação Rural, mas também com a infraestruturização, formação de pessoal e investimento em várias outras áreas.

Para falar de Santo Antão ter-se-á que falar do “antes” e do “pós”, ou seja, “do antes da década de 90 e do pós década de 90”, porque foi a década em que tudo mudou, e não há comparação possível entre aquilo que eram os índices de desenvolvimento da ilha de Santo Antão em 1990 e aquilo que passaram a ser em 2000, graças aos investimentos da Cooperação Luxemburguesa.

Assume-se hoje que, em termos de desenvolvimento de Santo Antão, a base foi a década de 90 e, a partir daí, tudo o que vier será por acréscimo e para consolidar todos os ganhos conseguidos nessa altura, em que se diminuíram os índices de pobreza e aumentaram-se os

índices de conforto, concluindo-se que, no ano 2000, “a ilha estava preparada para o desenvolvimento”.

Assume-se, em conclusão, que os investimentos luxemburgueses em Santo Antão nos anos 1990 a 2000 contribuíram para a infraestruturização da ilha, para a formação dos quadros da ilha (para servir o todo o país), bem como para o aumento da capacidade de intervenção social a nível da educação e da saúde, avanços que se refletem nos índices de desenvolvimento humano verificados na ilha, a partir de então.

CONCLUSÕES

Com este trabalho, pretendeu-se avaliar o impacto dos investimentos da cooperação luxemburguesa na ilha de Santo Antão nos anos 1990/2000 sobretudo no desenvolvimento dos sectores da educação, da saúde e da eletrificação rural na ilha, durante os anos em estudo.

Merece ser realçado o facto de ter havido, durante esse período, alguma falta de uma cultura de recolha e compilação de dados, por parte de vários serviços em todo o país, e esse foi o grande constrangimento com que se deparou na realização deste trabalho. Daí que se tenha recorrido, algumas vezes a dados referentes a anos próximos em vez dos de referência.

Além do recurso aos documentos e publicações supra citados efetuaram-se entrevistas aos principais intervenientes nacionais no processo, cujas respostas confrontamos com os dados até então alcançados, o que permitiu responder à pergunta de partida chegando à conclusão de que, de facto, a cooperação luxemburguesa contribuiu para melhorar, significativamente, os índices de desenvolvimento da ilha de Santo Antão, nos anos 1990 a 2000.

Com efeito, comprovou-se a primeira hipótese de investigação constatando que a cooperação luxemburguesa, na ilha de Santo Antão, potenciou a realização de investimentos, em diversas áreas, que resultaram num desenvolvimento harmonioso da ilha e numa conseqüente mudança/melhoria das condições de vida das populações locais, mercê de uma harmoniosa infraestruturização da ilha, de um investimento forte na melhoria e capacitação do capital humano e na disponibilização de serviços de melhor qualidade em relação ao diagnóstico inicial, de 1990.

Comprovou-se, igualmente, a segunda hipótese de investigação ao concluir-se que os investimentos feitos na ilha com o financiamento disponibilizado por Luxemburgo contribuíram para uma evolução significativa dos índices de desenvolvimento da ilha de Santo Antão nomeadamente nos setores da saúde, da educação e da eletrificação rural, nos anos 1990/2000, com conclusões inequívocas de um salto quantitativo e qualitativo nesses sectores durante esse período de 10 anos.

Chegou-se à conclusão de que, no sector da eletrificação, a taxa de cobertura passou de 15 por cento (%) em 1990, resumindo-se, essencialmente, na iluminação noturna dos quatro

centros urbanos da ilha, e teve o seu término em 2001 com uma taxa de eletrificação rural de 93% e foi, sem dúvida, o projeto de maior impacto socioeconómico financiado pela cooperação luxemburguesa, em Santo Antão.

No sector da Saúde, o salto também foi grande, com a melhoria das condições de prestação de cuidados de saúde passando de um “hospital” constituído por dois edifícios rés-do-chão, tipo galpão (fig.02), para um hospital de construção e equipamentos modernos e com maior capacidade de prestação de cuidados diferenciados (fig.03), com a construção e equipamento de várias outras Unidades de Saúde (Centros de Saúde, Postos Sanitários, USB) com o aumento do número de médicos e de especialidades, aumento do número de enfermeiros e outros técnicos de Saúde.

Na Educação a melhoria, nesse período, foi das mais sentidas com a inversão dos números referentes a salas alugadas versus salas construídas, de professores sem formação versus professores com formação, de facilidade de acesso à escola por parte dos alunos, essencialmente os do interior dos concelhos, não só com a disponibilização de viaturas para o transporte escolar, mas também e, sobretudo, com a construção das residências estudantis da Ribeira Grande e do Porto Novo, além de ter sido possível reduzir o “*ratio*” professor/aluno bem como a diminuição e extinção do regime de tresdobramento⁷⁹.

Nesse setor deve-se, também, destacar a construção de escolas do Ensino Básico, um pouco por toda a ilha, e dos liceus atualmente existentes incluindo a Escola Técnica “João Varela”, na cidade do Porto Novo.

Assim, os dados indicam que, com os investimentos financiados pela cooperação luxemburguesa, a ilha de Santo Antão atingiu, entre 1990 e 2000, um estágio de desenvolvimento nunca antes vivido e considera-se que esse período foi determinante para o desenvolvimento que a ilha registava no ano de chegada e influencia todo o desenvolvimento que tem vindo a ser conseguido até ao momento presente.

⁷⁹ Regime em que, devido à insuficiência de professores para todas as turmas, os professores disponíveis tinham de lecionar em duas turmas (desdobramento) ou em três turmas (tresdobramento), por dia, com sacrifício do número de horas letivas normais.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, M. M. e Fernandes, A.P. (2005), “abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento”, Lisboa Instituto Marquês de Valle Flôr e OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento;

AFONSO, M.M (sem data), Cooperação para o Desenvolvimento: O Papel da Ajuda no Contexto Africano (em linha) <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6925.pdf> – 2016-01-27 às 09:04

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÃO (AMSA) (1994), *Plano de Desenvolvimento de Santo. Antão (1994-97) TOMO I, Diagnóstico da situação atual*, Santo Antão, Cabo Verde.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE STO. ANTÃO (AMSA) (1994), *Plano de Desenvolvimento de Santo. Antão (1994-97) TOMO II, Objetivos, Estratégias e Programas*, Santo Antão, Cabo Verde

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE SANTO ANTÃO (AMSA) (2009), *Relatório AMSA 1994/2008*, Santo Antão, Cabo Verde.

AUTOR NÃO ESPECIFICADO - Um protagonista a nível mundial - As relações externas da União Europeia, Ed. Comissão Europeia - Direção-geral da Imprensa e Comunicação Publicações, Bruxelas, 2004.

AUTOR NÃO ESPECIFICADO (Tradução de J. Sampaio Marinho) (1984) *Pequeno Dicionário Político*, Edições Progresso, Moscovo

AYLLÓN, B. (2007). *La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales*. Carta Internacional. São Paulo.

BONIFACE, Pascal (2011), *Dicionário das Relações Internacionais*, Plátano Editora, Lisboa

CARDOSO, M. M. (2002), « A cooperação entre a União Europeia e Cabo Verde nos anos 90. Cooperação bilateral e multilateral com a ilha de Santo Antão: A importância de planos integrados », *Cadernos de Estudos Africanos* [Online], 3 | 2002, posto online no dia 17 Dezembro 2014, consultado em 01 Dezembro 2015. URL : <http://cea.revues.org/1094>

DELGADO, Alexandra Lee (1991), *Diagnóstico da Educação Escolar em Santo Antão*, SARDEP, Santo Antão

DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Robert L. (2003) *Relações Internacionais – As teorias em confronto*, Gradiva.

FARIA, R. (2010), *Cooperação Descentralizada – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina* – <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/C/Coopera%C3%A7%C3%A3o-Descentralizada-252/> – 2016-02-04 09:31

FERNANDES, António José - *Organizações Políticas Internacionais ONU, OEA e OUA*, Ed. Presença, Lisboa, 1980.

FONSECA, Luís – entrevista exploratória em 06/10/2015, em Mindelo, São Vicente

FONSECA-STATTER, Guilherme. (2012) *Cooperação Internacional para o desenvolvimento, Variações incorretas sobre um tema politicamente correto, O Caso da África Sub-sahariana* (versão provisória) [file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/statter_cooperacao_internacional%20\(1\).pdf](file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/statter_cooperacao_internacional%20(1).pdf) 2016-01-20, 01:55

FONTAINE, P. - *A Europa em 12 lições*, Ed. Comissão Europeia - Direção-geral da Imprensa e Comunicação Publicações, Bruxelas, 2003.

GEP do Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, *Anuário da Educação ano letivo 2000/2001*, Praia, Dezembro de 2002

JÚNIOR, A.M.E e MATOS, M.A. de, 2006, *INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – Livro Didático*, Palhoça, UniVisual.

LOPES, J. V. (1996). *Cabo Verde: Os Bastidores da Independência*. Praia – Mindelo: Instituto Camões – Centro Cultural Português

MACHADO, João G.R; PAMPLONA, João B. *A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD (em linha)* <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf> - consultado em 2016-02-12 às 02:58

MACIEL, Tadeu Morato, *As teorias de relações internacionais pensando a cooperação*, (em linha) [file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/coopera%C3%A7%C3%A3o%20nas%20teorias%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20\(1\).pdf](file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/coopera%C3%A7%C3%A3o%20nas%20teorias%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20(1).pdf) ,- 2016-01-20, 01:22

MENZIES, Gavin (2008) – 1421, o ano em que a China descobriu o mundo. Publicações Dom Quixote – Portugal

MONTEIRO, Éder Nascimento, A Política de Cooperação em Cabo Verde, Dissertação para a obtenção de Mestrado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa 2009,

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2524/1/A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20Cabo%20Verde%20-%20EDER%20MONTEIRO.pdf> – consultado em 27 de Dezembro de 2015, às 10:24.

NYE JR, J.S., (2009), COOPERAÇÃO E CONFLITO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, Editora Gente

(http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/BibliografiaSelecaoPos/NYE_2009.pdf)

consultado em 19-04-2016 às 08:20

RAMOS, Miguel (2002) A Cooperação Descentralizada em Cabo Verde, Ed. Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional, PRAIA

(<http://www.anmcv.net/docs/Coopera%C3%A7%C3%A3o%20descentralizada%20em%20Cabo%20Verde%20por%20Miguel%20Ramos.pdf>)

REIS, Victor. (2010) Desenvolvimento em Cabo Verde: as opções estratégicas e o investimento direto estrangeiro - contributo português, Mimographus, Lisboa.

ROLO, J. M. (1987). *Redescobrir a África*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

VÁRIOS AUTORES, África Século XXI - Os desafios da globalização e as respostas do desenvolvimento, Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1998.

<http://www.plataformaongd.pt/plataforma/areasactuacao/area.aspx?id=1430> (Consultado em 10/01/2016 às 00:50)

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pax_Britannica Consultado em 14/01/2016, 06:35

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pax_Americana consultado em 14/01/2016, 06:42

<https://www.unric.org/html/portuguese/charter/Cartaun.pdf> - consultado em 04-04-2016, às 20:24).

<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/index.php/dicionario-da-cooperacao/Glossary-1/C/Coopera%C3%A7%C3%A3o-Descentralizada-252/> – consultado em 04-02-2016 às 09:31

<http://www.plataformaongd.pt/plataforma/areasactuacao/area.aspx?id=1430> (Consultado em 10/01/2016 às 00:50)

http://europa.eu/pol/pdf/flipbook/pt/development_cooperation_pt.pdf (consultado em 25/03/2016 às 00:40)

<https://cea.revues.org/1094> - consultado em 26-03-2016, às 22:56

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6925.pdf> – consultado em 27-01-2016 às 09:04

<http://cea.revues.org/1094>, consultado em 01 Dezembro 2015

[file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/statter_cooperacao_internacional%20\(1\).pdf](file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/statter_cooperacao_internacional%20(1).pdf) 2016-01-20, 01:55

<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v17n1/a03v17n1.pdf> - consultado em 2016-02-12 às 02:58

[file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/coopera%C3%A7%C3%A3o%20nas%20teorias%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20\(1\).pdf](file:///I:/DOCUMENTOS%20COOPERA%C3%87%C3%83O%20-%20SARA/coopera%C3%A7%C3%A3o%20nas%20teorias%20das%20rela%C3%A7%C3%B5es%20internacionais%20(1).pdf) ,- 2016-01-20, 01:22

<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2524/1/A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20Cabo%20Verde%20-%20EDER%20MONTEIRO.pdf> – consultado em 27 de Dezembro de 2015, às 10:24.

(http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/BibliografiaSelecaoPos/NYE_2009.pdf)
consultado em 19-04-2016 às 08:20

<http://conceito.de/desenvolvimento#ixzz419DhL0MT> – consultado em 27-03-2016 às 03:35.

http://pt.coinmill.com/EUR_LUF.html#LUF=219000000 – consultado em 07-06-2016 às 10:37

<https://psicologado.com/psicologia-geral/introducao/metodo-de-pesquisa-qualitativa-usos-e-possibilidades> - consultado em 18-06-2016

ANEXOS

ANEXO I – Guião da Entrevista

1. Qual era o estágio de desenvolvimento da ilha de Santo Antão por volta do ano 1990?
2. Em que áreas era mais sentida a falta de investimentos para o desenvolvimento?
3. O senhor acompanhou a evolução dos projetos financiados pela cooperação Luxemburguesa em Santo Antão. Considera que, 10 anos depois, em 2000, a situação era diferente? O que é que mudou?
4. Que sectores podem ser destacados como os que mais evoluíram nesse período? Porquê?
5. Em seu entender, em que sectores se aproveitou melhor os investimentos da cooperação luxemburguesa? Porquê?
6. De uma forma geral, em que medida o projeto da Cooperação Luxemburguesa terá contribuído para a melhoria do índice de desenvolvimento da ilha de Santo Antão nos anos 1990 a 2000?